

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

SUELLEN CLOGER DOS SANTOS

**SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA: DUAS MULHERES OPRIMIDAS PELA
ORDEM PATRIARCAL**

PATO BRANCO

2022

SUELLEN CLOGER DOS SANTOS

**SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA: DUAS MULHERES OPRIMIDAS PELA
ORDEM PATRIARCAL**

**SINHA VITÓRIA AND DONA HENRIQUETA: TWO WOMEN OPPRESSED BY THE
PATRIARCHAL ORDER**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciado em Letras Portugues/Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Marcos Hidemi de Lima

PATO BRANCO

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

SUELLEN CLOGER DOS SANTOS

**SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA: DUAS MULHERES OPRIMIDAS PELA
ORDEM PATRIARCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Letras Português/Inglês da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR).

Data de aprovação: 01/dezembro/2022

Prof. Marcos Hidemi de Lima (Dr.)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Égide Guareschi (Dra.)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Wellington Ricardo Fioruci (Dr.)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PATO BRANCO

2022

Dedico este trabalho ao meu pai Orlando dos Santos
(*in memoriam*), pelos momentos em que me pediu,
encarecidamente, para retomar os estudos.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço a compreensão àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas que com certeza fazem parte do meu sentimento de gratidão.

Agradeço a minha família pelas palavras positivas de incentivo, em especial a minha mãe, Ângela Maria Croge, e a minha irmã, Letícia Croge dos Santos, por me apoiarem incondicionalmente nessa jornada em busca de conhecimento.

A minha amiga de sala, Gabriela Maria Giroletti, por estar fielmente ao meu lado em todos os cinco anos de curso, me auxiliando com muito carinho e dedicação.

Gostaria de deixar registrado também o meu reconhecimento ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima, por ter acreditado em mim, pelas conversas e apoio nos momentos de diversidade, sempre me motivando a persistir.

E ao meu guia espiritual, por ser a luz que me guia.

De sol a sol
Por todos cantos e lugares
Vou perseguindo este destino meu
Sou cantador
Que faz da dor de seus pesares
Uma lição de amor que aprendeu.
(LUIZ GONZAGA, 1982).

RESUMO

Este trabalho busca analisar duas personagens femininas de obras literárias escritas em épocas distintas e abarcando tempos históricos diversos: sinha Vitória de *Vidas Secas* (Graciliano Ramos, 1938) e dona Henriqueta de *Ana Terra* (Érico Veríssimo, 1971). Os principais autores que dão sustentação teórica às reflexões empreendidas neste trabalho são, entre outros, Antonio Candido, Alfredo Bosi, Miridian Knox Falci e Beatriz Frazen. Por meio de pesquisa bibliográfica, as discussões apresentam duas diferentes representações femininas dentro do contexto patriarcal e do viés regionalista nordestino e gaúcho, nos séculos XVIII e XX, mostrando as dificuldades da vida da mulher do campo e as opressões sofridas devido à dominação masculina.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; *Vidas secas*; Erico Verissimo, *Ana Terra*; ordem patriarcal.

ABSTRACT

This work seeks to analyze two female characters from literary works written at different times and covering different historical periods: Sinha Vitória from *Vidas Secas* (Graciliano Ramos, 1938) and Dona Henriqueta from *Ana Terra* (Erico Verissimo, 1971). Among others, the principal authors who give theoretical support to the reflections undertaken in this work are Antonio Candido, Alfredo Bosi, Miridan Knox Falci, and Beatriz Frazen. in the 18th and 20th centuries, showing the difficulties of rural women's lives and the oppressions suffered due to male domination.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; *Vidas secas*; Erico Verissimo, *Ana Terra*; patriarchal order.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	APONTAMENTO CRÍTICO DAS OBRAS REGIONALISTAS <i>VIDAS SECAS</i> E <i>ANA TERRA</i>	16
2.1	Apontamentos Críticos Sobre <i>Vidas Secas</i>	17
2.2	Apontamentos Críticos Sobre <i>Ana Terra</i>	20
3	CONTEXTO HISTÓRICO DAS MULHERES NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL	25
3.1	A Vida Das Mulheres Nordestinas	28
3.2	As Mulheres Do Sul Rio Grandense	32
4	SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA: À MERCÊ DO PATRIARCADO	39
4.1	Sinha Vitória	39
4.2	Dona Henriqueta	48
4.3	O Encontro E Desencontro Na Representatividade De Sinha Vitória E Dona Henriqueta	55
5	CONCLUSÃO	E
	RRR! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de analisar as personagens de duas obras literárias escritas em épocas distintas e abarcando tempos históricos diversos: sinha Vitória de *Vidas Secas* (Graciliano Ramos, 1938) e dona Henriqueta de *Ana Terra* (Érico Veríssimo, 1971), por meio de pesquisa bibliográfica. As discussões e reflexões procuram o objetivo de apresentar duas diferentes representações femininas dentro do contexto patriarcal e do viés regionalista nordestino e gaúcho. Neste sentido, o trabalho busca analisar como as personagens são retratadas dentro do sistema patriarcal, elencando certas conexões entre sinha Vitória e dona Henriqueta, mostrando as dificuldades da vida da mulher do campo e as opressões sofridas devido à dominação masculina, visando, posteriormente, ressaltar as diferentes posturas matriarcais perante essa realidade que as define.

Para alicerçar o tema central, este trabalho apresenta três capítulos, embasados em livros e artigos científicos nos quais existem análises críticas que permitem alicerçar o intento de verificar algumas similitudes e disparidades entre ambas as personagens escolhidas para análise e reflexão.

O primeiro capítulo busca analisar as obras regionalistas em que as personagens estão inseridas e cujas narrativas ecoam elementos caros à vertente regionalista do modernismo brasileiro. *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos é o único dos quatro romances escritos pelo escritor alagoano que pode ser integrado dentro do chamado romance regionalista conforme observa Alfredo Bosi, o próprio Antonio Candido e outros historiadores da literatura brasileira.

[...] a etiqueta se aplica só em parte a Graciliano Ramos (1892-1953), o mais eminente dos “nordestinos” e um dos maiores escritores da literatura brasileira. Dos seus quatro romances, apenas *Vidas Secas* (1938), o último, é regionalista. Ele narra a vida de uma família de vaqueiros reduzida ao mínimo possível para a sobrevivência, em quadros destacados que formam um retábulo rústico, numa prosa admirável que, reduzida também ao mínimo, parece espelhar no laconismo e na elipse a humanidade espoliada dos personagens. Bem diferente é *São Bernardo* (1934), história de um trabalhador rural que se eleva a grande proprietário e transporta para a vida afetiva a violência implacável que usou para emergir da miséria. O estilo ainda é descarnado e traduz pelo uso da primeira pessoa a brutalidade direta do protagonista, mas a composição é muito mais complexa. (CANDIDO, 1999, p.84)

Nele é narrada a vida miserável de uma família de retirantes sertanejos, formada pelo pai, Fabiano, a mãe, sinha Vitória, dois garotos sem nome, identificados ao longo do texto como o menino mais velho e o menino mais novo. Além disso, acompanham a família a cachorra Baleia. Já a obra *Ana Terra* (1971) faz parte do livro *O Continente* (1949) de Érico Veríssimo. O Continente é a primeira parte da série literária *O Tempo e o Vento*. Este título engloba a história de várias gerações e, ao mesmo, descortina ao leitor o desenvolvimento histórico do estado do Rio Grande do Sul pela trajetória da família Terra Cambará. Essa exposição conta com o suporte teórico de Antonio Candido, Alfredo Bosi e Luis Bueno, bem como outros autores.

O segundo capítulo aborda um estudo referente ao contexto histórico-social das mulheres no âmbito rural, sendo traçado a partir do cenário geral, indo para o regional e por fim para o rural. Na discussão, são observadas as condições de extrema submissão imposta às mulheres pelo modelo patriarcal. Afinal, no patriarcalismo o homem detinha o poder, era proprietário não só das terras, mas também das mulheres (esposas) filhos e filhas e escravos, era a autoridade máxima, sendo a mulher um ser compreendido pela perspectiva da inferioridade, espécie de objeto a ser passado do pai para marido. Ademais, a igreja exercia papel fundamental na normalização dos hábitos e costumes patriarcais, impondo tais valores às mulheres. Mantidas quase que totalmente em cárcere privado, elas eram praticamente escravas de uma sina caracterizada pela sujeição. Para a abordagem do que sucintamente foi exposto acima, são empregadas as reflexões de autores que se dedicaram a estudar a história das mulheres no Brasil, as quais foram apagadas pela figura de superioridade masculina.

Após compreender o universo narrativo e o contexto histórico nos quais se localizam sinha Vitória e dona Henriqueta, o terceiro capítulo desenvolve uma análise comparativa entre as duas personagens, levando em consideração a representatividade feminina perante a família em um sistema predominantemente patriarcal que oprime, silencia e limita as mulheres. As análises procuraram ressaltar a forma transgressora que sinha Vitória se coloca diante do marido, dando voz a sua existência, e assim apresentando um forte contraste com a forma submissa de dona Henriqueta, que sufocava seu eu, restando-lhe apenas a infelicidade de ocupar o lugar de uma quase escrava dos afazeres domésticos e do marido. Além disso, neste capítulo final há também um exame de como as duas figuras femininas são retratadas

respectivamente em *Vidas secas* e *Ana Terra* e de que modo são marcadas pelos valores da lógica patriarcal na realidade dura e sofrida da vida de trabalho e no ambiente hostil e isolado da sociedade de suas regiões.

Deste modo, este Trabalho de Conclusão de Curso busca compreender, por meio das vivências das duas personagens femininas e a relação com as quais convivem, a reprodução do sistema patriarcal que limita a existência da figura feminina ao papel doméstico, em razão do meio social ser predominantemente masculino, exercendo domínio hierárquico sobre as mulheres.

Em resumo, este trabalho problematiza a realidade de opressão, desvalorização feminina que ocorre tanto com sinha Vitória quanto com dona Henriqueta, em romances e momentos históricos e espaços geográficos distintos. O que ambas as narrativas demonstram é como alguns valores da ordem patriarcal - seja num longínquo século XVIII, seja há cerca de cem anos, acabam afetando a vida de muitas mulheres, às vezes inconscientemente, pelo fato de a hierarquia que ocorre nas relações entre homens e mulheres se enraíza sob forma de crenças, práticas, condicionamento de gerações. A análise das duas figuras femininas, portanto, evidencia justamente o condicionamento de uma estrutura social fundada para apenas valorizar a esfera masculina.

2 APONTAMENTO CRÍTICO DAS OBRAS REGIONALISTAS VIDAS SECAS E ANA TERRA

Segundo Antonio Candido (1999), durante as décadas de 1930 e 1940, período em que o mundo passava por grandes crises, iniciou-se uma nova movimentação cultural, social e econômica no Brasil, tornando-se uma fase culturalmente rica e diversificada, inclusive com estabelecimento de universidades e com forte presença de ideologias europeias, principalmente o fascismo e o comunismo, que intensificaram e renovaram os estudos baseados em novas posições teóricas no país. Essas mudanças contribuíram para uma maior aceitação das obras modernistas, que passaram a ser parte da cultura, dando espaço para tendências renovadoras como o regionalismo.

Nesse período acima mencionado, o Modernismo encontrava-se na sua segunda fase, momento em que os escritores brasileiros adotaram enredos que circunscreviam investigações referentes o mundo rural, negros, imigrantes e influências culturais, análises com visões mais críticas sobre as relações sociais, com uma escrita mais madura, em que os textos apresentavam características marcadas pelo regionalismo dando ênfase às relações sociais do homem hostilizado pela terra.

O regionalismo, nesse momento, apontava para uma nova apreensão que não o mapeamento geográfico pretendido pelos escritores do século XIX nem o destaque pernóstico de certa “literatura sertaneja’ [...] uma subliteratura vulgar, explorando o pitoresco segundo o ângulo duvidoso do exotismo, paternalista, patrioteiro e sentimental” (CANDIDO, 2011, p. 245). Na verdade, a literatura regionalista das décadas de 1930-1940 era uma vertente do chamado “romance de 30”, mais preocupada com o contexto social e humano do Brasil, focada em expressar uma literatura nacionalmente genuína. Destacava-se dos demais movimentos regionalistas anteriores pela profundidade com que aborda as questões culturais e sociais. Nesse sentido, havia uma preocupação em evidenciar as personagens não só geograficamente, com características e traços das respectivas regiões, mas também criando uma sessão vivida da realidade nos leitores de par com uma análise das mazelas sociais dos vários Brasis dentro do Brasil.

Neste recorte da literatura regionalista é que este trabalho pretende analisar uma obra de Graciliano Ramos e outra de Érico Verissimo. Por isso, na sequência

deste capítulo, o objetivo é contextualizar, apresentando algumas considerações críticas das duas narrativas, obras regionalistas em que duas personagens femininas - sinha Vitória e dona Henriqueta - estão inseridas e motivam este trabalho.

2.1 APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE *VIDAS SECAS*

Diante desse cenário de crises econômicas e de grande movimentação cultural e social, destaca-se no país o regionalismo crítico do Nordeste, com o chamado “romance nordestino”. Segundo Antonio Candido, as obras regionalistas nordestinas denotam um tipo oposto de narrativa que causou impacto na crítica e público do chamado 'romance de 30'. Destaca, além disso, Candido que:

[...] “romance nordestino”, geralmente orientado por um realismo de corte naturalista e ancorado nos aspectos regionais. Portanto, foi até certo ponto uma retomada do regionalismo, mas sem pitoresco e com perspectiva diferente, pois o homem pobre do campo e da cidade apareciam, não como objeto, mas, finalmente, como sujeito, na plenitude da sua humanidade. Isso, devido a uma consciência crítica que torna a maioria desses autores verdadeiros radicais por meio da literatura. (1999, p.83)

Vale salientar, que o “romance de 30”, segundo Ivan Marques e Luis Bueno (2015, p.6) foi considerado diversas vezes como “uma experiência estética despreocupada da arte. Ou como expressão de um regionalismo que ficou restrito, se não ao simples pitoresco, à mera denúncia social.” Visão, segundo eles, limitante que não condiz com o período rico em produções ficcionais no país. Bueno (2001) afirma que esse tipo de visão pouco seletiva fez que prevalecesse na história literária brasileira o entendimento do período como sendo do romance social regionalista, mas o movimento vai bem além disso. Encontra-se dentro do segmento o romance social ou proletário que foi dominante no quesito quantitativo de produção no período, mas houve uma diminuição no auge do movimento em 1933. E o romance psicológico, que ao contrário, teve menos produções, porém foi ganhando destaque ao longo dos anos. Bueno faz as seguintes observações sobre estes variados romances da década de 1930:

Afinal, os anos 30 são a época do romance social, de cunho neonaturalista, preocupado em representar, quase sem intermediação, aspectos da

sociedade brasileira na forma de narrativas que beiram a reportagem ou o estudo sociológico. É claro que, nesse tempo, houve também uma outra tendência na qual pouco se fala, uma "segunda via", o chamado romance intimista ou psicológico, mas tão secundário que não teve forças para estabelecer-se como via possível de desenvolvimento do romance no Brasil. Vendo as coisas assim, como um regionalismo localista triunfante e uma acabrunhada literatura psicológica, fica fácil olhar para Guimarães e Clarice e enxergar neles seres superpoderosos. (2001, p. 14-15).

E, nessa conjuntura, destaca-se Graciliano Ramos (1892-1953), escritor de raízes nordestinas da segunda fase do modernismo, considerado um dos maiores autores da literatura brasileira. Seu quarto romance, *Vidas Secas* (1938), apresenta uma forte crítica ao descaso social com relação aos retirantes nordestinos e às injustiças sofridas por eles. O romance dá voz a essa classe marginalizada e é, possivelmente, o único escrito pelo escritor alagoano que realmente se inscreve na vertente regionalista do "romance de 30", uma vez que os demais têm preocupações de cunho psicológico. *Vidas secas* (1938) é um romance regionalista nordestino que narra em terceira pessoa, com frequente emprego do discurso indireto livre, a vida miserável de uma família de retirantes sertanejos, composta de Fabiano, sinha Vitória, os dois filhos do casal e a cachorra Baleia. Segundo Alfredo Bosi, "*Vidas Secas* abre ao leitor o universo mental esgarçado e pobre de um homem, uma mulher, seus filhos e uma cachorra tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar" (1994, p.404).

A obra traz o retrato das condições miseráveis da seca do sertão nordestino, condições essas tão duras e hostis que muitas vezes se mesclam às características das personagens do romance. A situação opressora do meio social, a brutalidade da busca pela sobrevivência, transforma a família de retirantes em sujeitos ignorantes e rudes. Bosi (1994, p. 401) ressalta que Graciliano via nas personagens "a face angulosa da opressão e da dor". E, ainda, o realismo contido nele não é de origem espontânea ou orgânica, mas sim crítico. Neste tipo de realismo, o "herói" apresenta conflitos de não aceitação do mundo e do seu próprio ser.

O germe de *Vidas Secas* surgiu após Graciliano publicar em um jornal do Rio de Janeiro um conto chamado "Baleia". Na narrativa, o escritor retrata a morte de uma cachorra, que pertence a uma família de retirantes, com características psicológicas humanizadas. Devido ao grande sucesso do conto, o jornal solicitou outros contos desse mesmo segmento. Ante a proposta do jornal, o autor criou um conto para os

demais membros da família sertaneja. Outros contos, que correspondem aos capítulos do livro, foram publicados. Enfim, Graciliano os organizou transformando-os no livro *Vidas Secas*. Desse modo, a obra se organiza com essa estrutura de capítulos-contos, sendo um romance cíclico de 13 capítulos. Candido esclarece a estrutura desse volume de Graciliano da seguinte forma:

Com efeito, é constituído por cenas e episódios mais ou menos isolados, alguns dos quais foram efetivamente publicados como contos; mas são na maior parte por tal forma solidários, que só no contexto adquirem sentido pleno. Quando se aproxima das técnicas do conto, Graciliano cria "histórias incompletas", subordinadas a um pensamento unificador, que pôde aqui reunir sem violência sob o nome de romance embora, na qualificação excelente de Rubem Braga, "romance desmontável". (2006, p.63)

Demais, o crítico afirma que o romance não é de análise, pois os pensamentos das personagens não corroem o *eu* e nem apresentam excepcionalidades, se encontram equiparados, de modo primitivo em que "a vida interior obedece outras leis, que o autor procura desvendar: não se opõe ao ato, mas nele se entrosa..." (CANDIDO, 2006, p. 65). E é nisso que se encontra a pureza do livro, no fato da abordagem direta e comovente, sem rebuscamento da realidade. Esta perspectiva realista é uma das características modernistas do autor, isto é, a habilidade de transcrever o real, reduzindo apenas ao necessário, uma escrita clara e concisa, sem preocupações com elegâncias acadêmicas.

Assim, *Vidas Secas* é uma história contada diretamente, narrada em terceira pessoa, pondo em evidência a rusticidade das personagens, revelando que a falta de domínio adequado da linguagem verbal exerce influências negativas sobre o homem, a ponto de marginalizar o sujeito perante a sociedade. No caso da obra, o pouco domínio verbal das personagens mostra, claramente, o lugar excludente a que pertencem, mesclando-as à paisagem árida do sertão conforme salienta Candido:

[...] o drama de *Vidas secas* é justamente esse entrosamento da dor humana na tortura da paisagem. Fabiano ainda não atingiu o estágio de civilização em que o homem se liberta mais ou menos dos elementos. Sofre em cheio o seu peso, sacudido entre a fome e a relativa fartura; a curva da sua existência segue docilmente os caprichos hidrográficos que lhe dão vida ou morte.(2006, p.66)

A existência de Fabiano e os seus está completamente entrelaçada com o meio físico, fundindo o mundo interior com o exterior: paisagem inóspita, vidas inóspitas, daí talvez a precisão do título do livro.

Outro ponto essencial do livro é o fato do capítulo final retomar a situação do início da narrativa. A história tem início com a fuga sofrida da família durante uma das secas que assolam o Nordeste para uma região com mínimas condições de sobrevivência. Por algum tempo, os retirantes vivem um momento de relativa bonança. É claro que o narrador não poupa os leitores da realidade cruel vivida pelas personagens. O narrador retrata com veracidade as condições subumanas de sobrevivência perante as mazelas causadas pela severidade da seca, terminando com o mesmo desfecho, isto é, nova fuga das condições adversas da seca, concluindo a ação num *looping* eterno. É a observação de Antonio Candido na passagem abaixo:

Entre a seca e as águas, a vida do sertanejo se organiza, do berço à sepultura, a modo de retorno perpétuo. Como os animais atrelados ao moinho, Fabiano voltará sempre sobre os passos, sufocado pelo meio. Daí a sua psicologia rudimentar de forçado. (2006, p. 67)

É nesse cenário de desolação, seca, fome e injustiças sociais que açoitam o homem nordestino que a personagem sinha Vitória se encontra. Trata-se de uma figura bastante importante na narrativa, forjada pela dureza da terra e pela constante fuga de uma realidade sem resolução.

Sinha Vitória, apesar do seu pouco conhecimento de mundo, possui postura ativa perante a família e o marido Fabiano. É responsável pela educação/criação dos dois filhos, os trabalhos domésticos e ainda auxilia o marido com as contas, prevenindo-o das trapaças que a ingenuidade e o parco conhecimento das palavras tornam Fabiano presa fácil. Apesar do contexto de vida sub-humana em que se encontra, sinha Vitória, por seu turno, não se caracteriza como um ser feminino frágil, mas sim como uma mulher forte, persistente e sonhadora que busca ter esperança para superar aquelas condições tão desumanas nas quais ela e os seus foram lançados.

2.2 APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE ANA TERRA

Em relação à literatura sul-rio-grandense que também se destaca na tendência regionalista desse período, Antonio Candido (1999) salienta que teve características diferentes, mais aproximadas das literaturas regionalistas da Argentina e do Uruguai. E, que passa a ser conhecida no âmbito nacional, após 1930 pela postura política assumida pelo Rio Grande do Sul e pela atividade intelectual do editorialismo. Neste cenário, Érico Veríssimo (1905-1975) se torna o autor de maior prestígio dentro desse segmento, apesar de boa parte de sua narrativa fugir das características clássicas de orientação regionalista. Destaca Cândido que em "... sua obra o homem e a sociedade locais aparecem sobretudo no universo urbano, com um toque humanitário e sentimental que pode ser decepcionante" (1999, p. 87). Ainda, Cândido (1999) considera como obra-prima o primeiro tomo (*O Continente*, 1949) do ciclo *O Tempo e o Vento*, na qual existe uma linguagem discreta e impressionista.

Em relação a *O Tempo e o Vento* (1949), trata-se de uma trilogia regionalista na qual é narrado o desenvolvimento histórico do estado do Rio Grande do Sul em forma de romance. A obra é dividida em três volumes: *O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*. Em *O Continente* está localizada a narrativa "Ana Terra", que é um dos focos de análise deste trabalho. Bosi (1994) afirma que a trilogia de Veríssimo apresenta uma diacronia cuja finalidade é retratar:

[...] o jogo das gerações: portugueses e castelhanos nos tempos coloniais; farrapos e imperiais durante as lutas separatistas; maragatos e florianistas sob a Revolta da Armada, em 1893. A história de duas famílias, os Terras Cambará e os Amaral, atravessando dois séculos de vida perigosa, é o fio romanesco que une os episódios do ciclo e embasa as manifestações de orgulho, de ódio de amor e de fidelidade; paixões que assumem uma dimensão transindividual e fundem-se na história maior da comunidade. (1994, p.409).

Flávio Aguiar, por seu turno, ressalta que "*O tempo e o vento* celebra, em meio às guerras e à violência, valores como a tenacidade, a paz, a liberdade e a coragem de resistir, tão apreciados pelo escritor e cidadão Erico Verissimo." (2005, p.11).

O primeiro volume da trilogia de Erico Verissimo apresenta uma relação do passado e presente, de modo que o passado expõe a trajetória histórica do Rio Grande do Sul, mesclado com os ciclos da família Terra.

Os comentários de Aguiar a respeito do primeiro volume destacam que:

O *Continente* focaliza o final da Revolução Federalista, em junho de 1895. Mas os episódios rememorativos percorrem os tempos mais remotos das missões jesuíticas, do estabelecimento dos primeiros colonos luso-brasileiros (Ana Terra), da Guerra dos Farrapos (Um certo capitão Rodrigo), da Guerra do Paraguai, da abolição da escravidão e da proclamação da República. (2005, p.11).

Assim, o primeiro livro conta desde a pré-formação do Rio Grande do Sul até o ano de 1900, tratando dos principais acontecimentos que deram origem à sociedade daquela região, às lutas e demais dificuldades sofridas pelos primeiros moradores.

O *Continente* apresenta narrativa em terceira pessoa com linguagem tradicional regionalista. Organizado em capítulos, que também podem ser lidos como novelas individuais que se encontram no decorrer dos episódios históricos que englobam a narrativa. Cada capítulo narra a história de uma das principais personagens da trama. Destacam-se os eventos políticos e sociais que se desenrolam na narrativa de Verissimo dando origem à região de Santa Fé. N

A novela *Ana Terra*, em que a personagem Dona Henriqueta se localiza, pertence a essa primeira parte da trilogia. A novela é o segundo capítulo cronológico da narrativa *O Continente*, posteriormente publicado separadamente como livro de romance pelo seu enredo marcante, que traça a trajetória de luta e resistência da personagem Ana Terra. Ela é a matriarca que dá origem aos Terra-Cambará, é o símbolo de poder feminino num período em que a mulher não tinha valor nenhum perante a sociedade.

A história de Ana Terra se passa durante 1777 e 1811, representando a ocupação do estado por meio das concessões de terras (sesmarias) para produtores de diferentes regiões do país, considerada a época dos pioneiros.

Ligia Chiappini descreve o período da seguinte forma:

Quando o episódio de Ana Terra tem início, ainda é tempo de pioneiros, como seu pai, Maneco Terra, com quem ela vive, aos 25 anos, numa casa simples, ao lado da mãe, a sofrida dona Henriqueta, e de dois irmãos, Antônio e Horácio. A família se sustenta criando animais e plantando principalmente o trigo, produto que acompanhará a história da região com os altos e baixos da política e da economia. Esse lugar em que moram é isolado e distante de outros mais povoados, como Rio Pardo, aonde os irmãos vão comprar e vender coisas, e de onde trazem notícias da civilização. A vida ali é feita de muito trabalho, nenhum conforto, poucas alegrias e quase nenhum diálogo. (2005, p. 18).

A novela mostra a dura realidade de vida dos povos colonizadores da região por intermédio das personagens. Assim como o pai de Ana, muitos foram para região

atrás de melhores condições de vida, mas se depararam com um cenário de muito trabalho, medo e isolamento. Na apresentação do livro no site Companhia das Letras, é observado que:

O cotidiano dos Terras é duro, penoso, arriscado. Tiram sustento da colheita. Calculam a passagem do tempo observando a natureza. Vivem sob o perigo de ataques de índios ou de renegados castelhanos, estes últimos recentemente expulsos do Continente de São Pedro. (2005)

Isso não descreve apenas o cotidiano dos Terra, mas sim de um povo que com muita coragem desbravou o sul do Brasil. Desse modo, a obra de Veríssimo entrelaça a ficção com a realidade, numa narrativa que liga o romanesco com o documental, tecendo críticas sociais com simplicidade.

Diante do exposto, *Ana Terra* retrata a visão histórico-social de Veríssimo em relação à formação do seu estado. A narrativa materializa nas suas linhas a vida real de par com os elementos do romance. Além disso, *Ana Terra* busca enfatizar a valorização da mulher por meio da personagem que dá título à narrativa. O enredo apresenta Ana Terra inicialmente submissa ao pai e irmão. Na sequência, quando submetida a um tipo de violência extremamente aviltante, Ana subverte a ordem patriarcal, iniciando um novo contexto às mulheres de sua família.

Todavia, ao mesmo tempo que os leitores se veem às voltas com uma mulher libertária, existe o contraste da realidade vivida pela mãe, dona Henriqueta. Nas palavras de Chiappini:

Ana como que morre e renasce, indo ao fundo de um poço e reganhando a superfície, de alma e corpo lavados, pronta para reiniciar a vida fora daquele lugar. Ela é a personagem que começa a paciente construção (ou reconstrução) de uma identidade. (2005, p. 18)

No caso de Ana, há uma construção de uma nova identidade para si mesma, ou seja, ela deu a si própria, em razão dos terríveis acontecimentos vividos por ela nas terras dos pais, a oportunidade de um destino diferente do de sua mãe, destino que vai impactar nas próximas gerações de mulheres da família.

Dona Henriqueta é a primeira matriarca dos Terra na narrativa, todavia sem nenhum lugar de destaque. A narrativa apresenta como esposa obediente ao marido, mãe zelosa de três filhos, Antônio, Horácio e Ana, dedicada aos trabalhos da casa, na lida pesada da roça e a noite na roca de fiar. Dona Henriqueta segue, fielmente, as tradições da moral e dos bons costumes patriarcais, passando seus dias oprimindo

no mais profundo do seu ser seus anseios, praticamente se fazendo escrava da sua condição de mulher submissa, passando sua vida a dedicar-se à família e os trabalhos domésticos sem direito a ter voz como matriarca dos Terra.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MULHERES NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL

Para compreender o universo das personagens a serem analisadas neste trabalho, é preciso, primeiramente, pensar no cenário histórico que define a existência das mulheres nas regiões sul e nordeste dos seus respectivos períodos. Neste segmento, busca-se retratar a situação delas no mundo rural, observando-se as condições históricas que as caracterizam.

No panorama geral da história que trata sobre as mulheres no Brasil, elas ocupam um papel social inferior ao dos homens. Em sua grande maioria, as mulheres estavam com que destinadas à submissão masculina, sua existência se restringia ao ambiente doméstico, nasciam com o futuro pré-determinado ao matrimônio e à maternidade, cabendo a elas, apenas, cumprir os seus deveres cotidianos do lar.

Nessa posição que cabia às mulheres, Ana Silvia Scott (2013) relembra que no passado as únicas identificações de valores das mulheres perante a sociedade eram as de “filha”, “esposa”, “mãe”, consolidando e restringindo o ciclo da vida feminina nessas fases, o qual era concebido pelos valores patriarcais. Estes, segundo Scott, funcionavam da seguinte forma:

Por muito tempo, ao longo da história do Brasil, os valores patriarcais, que remontam ao período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater familias*. Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (2013, p.9)

Ainda sobre a ordem patriarcal, June E. Hahner, no texto “Casamento e Etapas Da Vida Feminina”, observa que nem mesmo as mulheres das classes elitizadas tinham o direito de entrar no meio “masculino”. Inclusive a própria Igreja Católica restringia as mulheres à esfera privada e reforçava o ideal de reclusão feminina.

Além disso, apesar de o matrimônio ser um ritual religioso da Igreja Católica, o casamento entre membros das camadas socioeconômicas mais prestigiadas, no Brasil, era movido pelas questões da propriedade e do prestígio social, buscando, por exemplo, evitar misturas étnicas. Em virtude desses problemas relacionados ao

universo financeiro e ao preconceito racial, algumas mulheres permaneciam solteiras, uma vez que acabavam, muitas vezes, impedidas pela família de se casarem para evitar uniões consideradas desiguais. Acresce-se a tal situação o fato de, muitas vezes, mulheres serem mantidas confinadas visando o atendimento a matrimônios dentro dos padrões considerados adequados pelas famílias de então.

Era também muito contumaz, sobretudo nos séculos anteriores ao século XX, no Brasil patriarcal e semipatriarcal, o casamento entre os próprios parentes (tios e sobrinhas, primos e primas), sendo arranjados pelos pais, que obrigavam as filhas com idades entre 13 e 14 anos a se casarem, geralmente, com homens mais velhos. Entre as famílias proprietárias, a finalidade destas uniões marcadas pela endogenia era de ordem financeira, de acúmulo e concentração de capital. Após o casamento, estas jovens tinham a incumbência de engravidar e gerar vários filhos. Assim,

Na lei e no costume, a ideologia da supremacia masculina prevalecia. Uma mulher passava diretamente da autoridade do pai para a de seu marido ao casar-se. O Código Filipino, compilado em 1603 em Portugal e que se manteve efetivo no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, especificamente designava o marido como “cabeça do casal”; e somente com sua morte a mulher ocuparia a posição de “chefe da casa”. Sob a lei civil do século XIX, portanto, as mulheres eram perpetuamente menores. Como esposas, elas tinham de submeter-se à autoridade do marido em decisões relativas à educação e criação de seus filhos, além da escolha do local de residência. A lei negava às mulheres o direito de comercializar, alienar propriedade imóvel por venda ou arrendamento, ou mesmo administrar tal propriedade sem o consentimento do marido. As viúvas, entretanto, podiam assumir os negócios da família (como faziam as fazendeiras), pois se esperava que preservassem o patrimônio familiar. (2013, p. 26)

País cujo processo de colonização passou pela agricultura, o Brasil - mesmo depois de ter obtido a independência de Portugal - manteve muitos dos valores deste mundo rural no qual a ordem patriarcal impôs sua maneira de agir, controlar, coibir, transformar etc. Em relação ao âmbito rural, Silvia Fávero Arend (2013) ressalta que além do latifúndio de exportação, existia um número significativo de pequenas plantações que mantinham o mercado interno com características próprias de cada região, sendo composto pelas famílias dos proprietários rurais e agregados.

No que concerne à constituição familiar, as mulheres mais abastadas, as chamadas *sinhás*, pertencentes às famílias dos proprietários de terras, gozavam de alguns privilégios, mas que levavam ao mesmo destino, os de senhoras do lar. Quando crianças, *sinhazinhas*, podiam brincar livremente, posteriormente aprendiam

bordado, confecção de rendas, costura e a produção do enxoval. As tarefas domésticas e cuidados com as crianças eram de responsabilidade das criadas de servir, logo não se fazia necessário que elas aprendessem essas tarefas, mas cabia a elas, sim, ordenar que fossem realizadas. Quando por fim se tornavam moças, com a chegada da menstruação (havia as que se tornavam esposas antes mesmo disso), estavam prontas para o casamento. Como o matrimônio envolvia patrimônio, a virgindade era condição fundamental para a união acontecer. Em suma, repetia-se o ciclo de vida feminino já comentado anteriormente.

Em contrapartida, na margem da existência, estavam as mulheres pobres, que nasciam fadadas ao trabalho. Com a idade de 4 a 5 anos já auxiliavam nos trabalhos domésticos, lidavam com os animais e tinham que se preocupar com os cuidados com as crianças. Nas lavouras realizavam atividades que necessitavam de habilidade manual e serviços com menor esforço físico. Já no quesito das relações afetivas, ao atingirem a mocidade, Arendt destaca o seguinte:

Apesar de os religiosos católicos buscarem difundir o ideário da castidade, entre essa população era comum que relações sexuais acontecessem no momento em que o corpo das meninas adquiria os primeiros contornos da mocidade. Esses eventos, muitas vezes fugazes, respondiam a desejos e impulsos individuais. Porém, para uma parcela de meninas pobres, a história não se passava desse jeito; eram violentadas pelos seus senhores, patrões, parentes, conhecidos ou estranhos (algumas delas até pelos próprios pais, a despeito do tabu social do incesto). A prole das meninas pobres gerada a partir de relacionamentos considerados ilegítimos (com exceção dos incestuosos) não se constituía em um problema social na época; os bastardos iriam engrossar a fileira de trabalhadores e trabalhadoras necessários para a geração da riqueza do país. (2013, p.35)

Diante de tal cenário desolador apresentado por Arendt, a vida dessas mulheres se equiparava à das escravas, uma existência cruel a serviço dos homens em todos os aspectos e também marcada pelos mandos e desmandos das sinhás.

No ensaio “Mulheres No Campo”, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli salientam que o trabalho da mulher no campo sempre foi uma constante. Com o fim da escravidão, e inserção do sistema de colonato, as famílias de trabalhadores eram contratadas para os cuidados das lavouras. Nesse sistema de trabalho,

[...] as mulheres, além de trabalhar no cafezal, eram também encarregadas da lavoura de subsistência localizada em área definida pelos proprietários, onde se plantava principalmente milho e feijão. Elas ainda cultivavam uma pequena horta, criavam animais de pequeno porte (porcos e galinhas), cuidavam de uma ou duas vacas e cavalos (quando havia), preparavam

carnes (salgar, defumar), faziam embutidos e produziam banha e sabão, além de farinha (de milho e mandioca), conservas, doces, queijos e manteiga. O excedente dessa produção de subsistência era comercializado. (BORELLI e MATOS, 2013, p. 69)

Esse modelo organizacional de trabalho, mesmo com os contínuos abusos dos senhores de terras, perdurou até meados de 1950, mantendo-se entrelaçado com o trabalho assalariado e arrendamentos.

As autoras também destacam no ensaio a importância das trabalhadoras rurais das pequenas propriedades disseminadas pelo país. Estas mulheres exerciam junto dos seus familiares um trabalho coletivo, visando, muitas vezes, a sobrevivência, a manutenção da propriedade e o cultivo. Elas possuíam papéis diferentes dependendo de suas regiões. No entanto, mesmo trabalhando a vida inteira, continuavam sem o direito à terra. Esta ficava, frequentemente, em posse dos homens da família.

Com base no exposto acima, pode-se entender um pouco do universo social de subsistência feminino no decorrer do desenvolvimento do Brasil. A partir dessas observações gerais, pretende-se tecer uma descrição do cenário feminino, focado nas regiões onde transcorrem as narrativas.

3.1 A VIDA DAS MULHERES NORDESTINAS

A discussão ora iniciada visa observar os aspectos sociais e culturais responsáveis pela formação ideológica feminina no sertão. Inicialmente, é impreterível que se compreenda a estrutura de desenvolvimento daquela região, que, ao longo dos séculos, foi predominantemente formada por latifúndios e agricultura familiar. Em síntese, uma sociedade estabelecida no âmbito rural, pautada nos fundamentos patriarcais. Em ensaio que aborda a existência no meio rural nordestino, Miridan Knox Falci (2004) relata que as famílias viviam nas fazendas e as idas à cidade eram apenas em momentos de festividades religiosas, no máximo uma ou duas vezes ao ano. A autora acrescenta que as famílias mais afortunadas possuíam casas na cidade para ficarem nos dias da Semana Santa e comemorações do fim de ano. Descreve, também, que nas fazendas não eram considerados de grande valor mobiliário, quadros, roupas e joias. Em contrapartida, tinham importante valor os “bens de raiz”,

como as centenas de cabeças de gado, as roças nas terras de fazenda, as benfeitorias expressas em currais, os cercados, as variadas casas de telha na cidade com muitas portas e janelas, destacados nos inventários das mulheres ricas. Ainda, era tido

Como demonstração de riqueza, eram preferidos os muitos selins de couro lavrado, as selas de banda (as chamadas selas femininas), os estribos de prata trabalhada, os arreios em fino couro lavrado muito valiosos e verdadeiras obras de arte do trabalho artesanal. Essas peças eram encomendadas a seleiros especializados e por isso mesmo não costumavam ficar expostas no aparador de selas, no corredor de entrada, onde estavam as selas de uso cotidiano. Ofertadas pelo marido, eram mostradas com orgulho às vizinhas e amigas mais próximas e reservadas para os seus poucos passeios a cavalo. (2004, p.206)

Apesar de no passado ter sido falado que o sertão nordestino era socialmente mais democrático, sem grandes tensões entre as classes sociais, devido a equivocadas observações de viajantes relacionadas a grande quantidade de casamentos inter-raciais e das “uniões consensuais de homens amancebados com pardas e caboclas e constatando a grande quantidade de filhos bastardos de cor mulata”, o texto “Mulheres Do Sertão Nordestino” de Falci (2004, p.203) destaca que existia no nordeste uma forte demarcação social de classes, entre homens e mulheres, “brancos” e “caboclos”, ricos e pobres e entre senhores e escravos, organizado de acordo com as informações abaixo:

Hierarquias rígidas, gradações reconhecidas: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o “culto” pelo grau de doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro. O pior de tudo era ser escravo e negro. Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser “pipira” ou “cunhã” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão. (FALCI, 2004, p. 203)

E dado o grande nível de miscigenação naquela sociedade, era condição primordial a união entre indivíduos de cor branca, pois havia uma preocupação familiar de se manter o “branqueamento” da família por ser um sinal de distinção social.

Neste cenário rural com realidades sociais tão heterogêneas, a importância social das mulheres era muito pequena. A maneira de muitos, na região, denominarem “mininu fêmea” às meninas recém-nascidas que expressa o lugar de inferioridade que tinham as mulheres diante da figura masculina. Assim como sucedeu às mulheres dos

centros urbanos, também às do meio rural foram impostas condutas, pensamentos e ideário, como deveriam ser e agir.

Pelos estudos de Falci (2004, p.208), constatamos que, geralmente, as mulheres ricas não tinham atividades fora de casa, cabem a elas o papel de mãe, identificadas como “prendas domésticas”, com funções de “orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar”. As viúvas, ou mulheres de classe um pouco mais baixa, se ocupavam de atividades como produção de doces, bordados, aulas de piano, floristas, auxiliando por meio do seu trabalho no sustento do lar e na educação dos filhos. Porém tais práticas não eram vistas com bons olhos pela sociedade, motivo pelo qual evidenciava a decadência econômica e falta de capacidade do homem em prover um lugar, sendo causa de chacota social.

Logo muitas delas acabavam vendendo os seus produtos por intermédio de outras pessoas. Afinal, era comum o entendimento que “a mulher não precisava, e não deveria ganhar dinheiro”. (FALCI, 2004, p.208). Já às mulheres pobres cabiam as atividades de servir, semelhantes às das escravas e de alguns afazeres masculinos.

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. As escravas trabalharam principalmente na roça, mas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico. (FALCI, 2004, p.208).

Do mesmo modo que ocorria nas demais regiões, no sertão o casamento era ponto crucial na vida das moças a datar da menarca. As jovens iniciavam a confecção do enxoval aos doze anos, eram aconselhadas pelas mães como se portar, embutindo nas suas consciências um ideal de moral e valores da vida matrimonial. Havia uma forte pressão que as meninas deveriam se casar antes dos 25 anos, posteriormente a essa idade já eram tratadas como solteiras, ‘moças-velhas’. Havia outros problemas. Era uma constante muitas delas não contraírem matrimônio devido à dificuldade de encontrar homens à altura ou haver algum tipo de impedimento relacionado à questão de dote.

Igualmente ao que transcorria nas demais elites do país, o casamento da alta classe sertaneja se dava por meio de acordos familiares, compromissos que visavam à manutenção do patrimônio.

Assim, pai e mãe, conhecedores das famílias da sociedade local e com a responsabilidade de “orientar as filhas”, ao propiciarem alegres festas e saraus na casa da fazenda - transcritos em livros de memórias e diários do século passado, estavam cuidando da manutenção e solidificação dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas locais. (FALCI, 2004, p.214)

Esperava-se que o casamento das moças ocorresse entre as idades de 15 a 18 anos, seguindo todas as recomendações da sociedade. As que ousavam casar sem o consentimento do pai eram excluídas da família, sendo tal atitude vista como uma ofensa à família. Após o casamento, o marido detinha o “poder marital”, cabendo única e exclusivamente ao marido a administração dos bens da esposa.

A condição das mulheres das camadas mais baixas da sociedade é pouco descritas nos relatos da história do sertão. Segundo Falci, havia inúmeros motivos:

As pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras - tão conhecidas nas cantigas do nordeste - as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber. (2004, p. 202)

Retratar como se dava os casamentos dessas moças, as suas formações familiares, ficam mais à mercê do ideário popular. Tais situações, de acordo com Falci devem:

ser perscrutadas não em livros de memórias, em diários ou cartas. É através da oralidade transmitida nas canções, nos adágios, na literatura de cordel e pelos cantadores que se percebem alguns dos sentidos e representações do que era o casamento. (2004, p. 219)

Em suma, pela compreensão da autora dos relatos populares, os casamentos das moças pobres não eram arranjados pelas famílias, nem possuíam dotes, sendo bem variado os modos da sua concepção. A população pobre do campo seguiu, em parte, as conveniências sociais das grandes famílias oligárquicas, como o casamento, porém com motivações diferentes.

Os homens buscavam uma companheira cedo devido à situação de isolamento, pois as moradias, em geral, eram distantes umas das outras, com poucos recursos e diversões, vivendo-se apenas para o trabalho. Os poucos encontros, quase únicos, aconteciam nas festividades religiosas anuais, e logo após esse fato, acontecia o casamento. Falavam que “[...] o “matuto” só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para começo de vida e uma modesta casa de palha.” (FALCI, 2004, p.219). Porque sem essas coisas, receberia um não ao pedir a mão da moça. Vale ressaltar que eram homens que não gostavam de morar com outra família.

Contudo, viam o fato de casar as filhas como se libertar de um fardo, como na transcrição desse folclore apresentado pela autora.

Quando casou a primeira filha fez uma grande festa, quando casou a segunda deu uma festa ainda maior, casando a terceira, festejou o acontecido vários dias. Mas quando casou o primeiro filho, não fez nenhuma festa. Observando essa disparidade de proceder, o vizinho interpelou-o: - Cuma é, cumpade, não tem festa, não? - Cumpade, o caso agora num é de festa, não. Quando eu casei as três mininas festejei praque eu que dei a carga pros burro. Mas, agora não. Agora fui eu que dei o burro pra carga. (FALCI, 2004, p. 220).

Nessa conjuntura, assimila-se um pouco de hábitos culturais do ambiente feminino nordestino para, posteriormente, entender o íntimo de Sinha Vitória, suas raízes e de que modo ela subverte esse sistema, ao mesmo tempo que é oprimida por também ser fruto dele.

3.2 AS MULHERES DO SUL RIO GRANDENSE

A primeira vista parece até meio utópico a narrativa de Joana Maria Pedro no texto “Mulheres do Sul”, que aborda alguns relatos das mulheres do sul segundo observações do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire na sua passagem pelo Brasil. Comparando-se com o exposto anteriormente, deparar-se com relatos que apontam mulheres no comando dos seus lares parece meio improvável. Mas dentro do contexto de desenvolvimento econômico da região, devido aos grandes conflitos e guerras territorialistas que arrastavam os homens para as batalhas, deixando as mulheres à mercê de sua própria sorte, sem escolha, é muito possível que elas se viam obrigadas a ocupar tal lugar para não perecerem de fome nem perderem as

terras da família. A autora acima mencionada inicia seus apontamentos trazendo o seguinte relato de Saint-Hilaire

Das mulheres do Rio Grande do Sul, observa: “Todas as mulheres que tenho visto de Rio Grande a esta parte são bonitas, têm olhos e cabelos negros, cútis branca e têm sobre as francesas a vantagem de serem mais coradas”. Descreve ainda a existência de inúmeras mulheres comandando estâncias, trabalhando, provendo sozinhas a sobrevivência, em vista da constante ausência dos maridos. O viajante conta que, enquanto nas regiões do interior não encontrou mulheres nas ruas, na cidade de Porto Alegre elas eram bastante frequentes. (PEDRO, 2005, p. 232)

Além do relato já mencionado anteriormente, nota-se a forma que o estudioso descreve a aparência das mulheres. Segundo a autora, esses relatos dos viajantes sobre as mulheres, inclusive distinguindo-as das demais do país pelo quesito de serem mais sociáveis, estão relacionados aos preconceitos raciais embutidos nos próprios viajantes.

Muitas vezes, ao falarem das mulheres brasileiras, os viajantes referiam exclusivamente as brancas de família abastada. Alguns ignoravam a existência de filhas de imigrantes pobres, de mulatas e negras livres, enquanto outros sequer as classificavam como mulheres, pois nem sempre eram capazes de levar em conta as contradições da vida paralela das diferentes camadas sociais. (PEDRO, 2005, p.233)

Essa imagem da mulher do sul provavelmente está associada à formação social e cultural instaurada no sul brasileiro. Diferente das economias escravistas de exportação, a região sul apresentava um modo de vida voltado para pequenas propriedades, cuja composição racial se caracterizava mais por grupos brancos do que negros. Isso fez com que os viajantes e pesquisadores, também, reconhecessem as mulheres brancas pobres que circulavam pelas ruas. Na realidade, o fato de mulheres pobres circularem nos espaços públicos não era nenhuma novidade no âmbito urbano das cidades do país, todavia frequentemente se associava esta situação pelas distinções raciais.

A composição social dessa região é decorrente do povoamento estratégico de defesa e expansão militar para além do meridiano de Tordesilhas. Assim, grande parte do Rio Grande do Sul,

[...] foi povoado de forma planejada a partir de meados do século XVIII, com casais oriundos das ilhas dos Açores e da Madeira. Essa forma de povoamento iria se repetir em meados do século XIX, como parte de um

projeto de “branqueamento” e de preenchimento de “vazios” territoriais, dando o tom da população e da economia local. Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. (2005, p. 233).

São estas mulheres açorianas do final do século XVIII que iniciaram as origens da formação sociocultural no início do Rio Grande Sul, e tais informações vão ser apresentadas em seguida. O momento histórico permite melhor vislumbrar o contexto social entre os anos de 1770 e 1788, que, em *Ana Terra*, coincide com o momento em que Dona Henriqueta viveu na região.

Claro que é importante salientar, que já existia, nessa região, assim como nas demais do país, mulheres indígenas originárias da terra e negras escravas trazidas pelos colonizadores. No artigo de Denize Terezinha Leal Freitas (2022), a autora recorda que a formação da sociedade do sul é mista e heterogênea, oriunda da pluralidade de relações afetivas dessas diferentes camadas sociais. Portanto, apesar da forte desigualdade social, tal heterogeneidade social não impediu os relacionamentos carnis e amorosos entres os grupos desiguais. Porém é necessário reforçar que [...] o peso da ideologia patriarcal e das relações de hierarquia trazidas pela colonização deixaram várias mulheres nativas, africanas, crioulas e demais pobres livres ou cativas numa situação de vulnerabilidade à violência masculina. (2022, p. 70).

Freitas (2022) revela que muitas dessas mulheres indígenas foram alvo de violências, maus-tratos e abandono, principalmente por imposições da Igreja e do Estado português, que subjogavam a mulher índia, transformando-as em objetos sexuais dos conquistadores. A sujeição não derivava apenas dos colonizadores. Muitas vezes, isso era efetuado até mesmo por suas próprias tribos

Assim, para a tradição apinajé, as mulheres da tribo “deveriam trocar favores sexuais por presentes de homens de diferentes comunidades” (KARASCH, 2009, p. 93). A recusa dessas mulheres indígenas ao cumprimento dessa tradição poderia gerar punições severas por parte da tribo. (FREITAS, 2022, p. 88)

Já a situação das mulheres africanas escravizadas, forras e/ou livres, provavelmente foi bem pior, afinal o estrupo de escravos não eram tidos como prática

criminosa pelos senhores. No que diz respeito aos indígenas, ainda se tinha alguma proteção com as leis de pombalinas, que segundo estudos abordado por Freitas:

[...]mostra que, no caso do Diretório de Índios no extremo sul, uma das preocupações eram os maus-tratos com as mulheres indígenas nessas uniões mistas. Nas palavras da autora, o Diretório também se preocupava com o tratamento que só cônjuges brancos concederiam a seus consortes indígenas. A relação deveria ser fiscalizada pelos diretores e, caso fossem percebidos 'maus-tratos' dos brancos devido à 'qualidade de índios' da pessoa com a qual estavam casados, esses estavam sujeitos a ser punidos secretamente (2022, p.78, apud Garcia, 2007, p.89).

Assim, Freitas acredita que as relações das mulheres negras estavam relacionadas às condições de sobrevivência, em que as uniões são “consórcios familiares direcionados às melhores opções de manter a família economicamente.” (FREITAS, 2022, p. 86).

Diante disso, essas mulheres à margem da sociedade, apesar de alguns traços das suas culturas persistirem no âmbito riograndense, não tiveram forças para trazer, verdadeiramente, à luz da sociedade seus costumes e tradições familiares, sobrepondo a seus valores a tradição patriarcal dos colonizadores a ponto de ditarem regras de comportamento social. Desse modo, a análise se volta para as mulheres luso-açorianas que, de certo modo, foram a base sobre a qual se estabeleceu a sociedade sul riograndense.

Em artigo, Beatriz Franzen (2008) explana que poucas evidências restaram dessas mulheres açorianas, pois, como de costume, não sabiam ler e escrever. O que há são algumas informações obtidas de textos dos cronistas que passaram pela região nos períodos do final do século XVIII e inícios do século XIX e também em documentos oficiais de concessões de terra.

Dentro dessa narrativa, Franzen (2008) observa que as açorianas vinham de uma sociedade com costumes rígidos, segundo as normas católicas que definiam a vida da mulher na sociedade e família. No tocante ao casamento, foram trazidos para o Brasil os preceitos da obra *Casamento Perfeito* de Diogo Paiva de Andrade, de 1630, publicado em Portugal, que se fez vigente no período. Entre as observações de Andrade, eis alguns exemplos:

Virtude e honestidade são qualidades fundamentais da mulher. O ócio é seu mais grave defeito... A mulher ideal é aquela dedicada à casa e ao patrimônio familiar A mulher deve ocupar-se no honesto trabalho do governo da casa.

O autor recomenda ao marido fazê-la trabalhar, pois é bom e necessário que ela viva ocupada. (2008, p. 04)

Havia sempre nas obras moralistas portuguesas dos séculos XVII e XVIII, a preocupação de manter as esposas ocupadas com os afazeres domésticos e o cuidado com o marido, afinal o ócio poderia levá-las a pensamentos tendenciosos.

Ao chegar ao extremo sul do país, acompanhando maridos ou pais, num cenário de pobreza e muitas dificuldades, o matrimônio para as mulheres solteiras se tornava essencial para a inclusão social delas e da família, mas isso não garantia melhorias de vida. A grande maioria se casava com homens de famílias que chegaram na região logo no início da inserção portuguesa no Continente de São Pedro. Essas famílias residiam nas regiões dos Campos de Viamão, Vale do Rio dos Sinos e no Rio Caí, onde possuíam sesmarias. Geralmente, os povos das terras do Vale buscavam suas companheiras em Porto Alegre, em meio às famílias dos açorianos.

Inseridas no meio rural, estas mulheres logo aprenderam a lidar com a terra. Ao lado de pais, companheiros, filhos e escravos, elas auxiliavam no trabalho, dividindo-se entre os afazeres domésticos, criação dos filhos e o labor das plantações e lida com os animais, ajudando a manter o patrimônio e a sobrevivência da família. A prática de atividades pesadas fazia com que, muitas vezes, fossem retratadas como mulheres rudes.

[...] o cronista Francisco Ferreira de Souza, em 1777, escreve que elas só sabem falar de “égua, potranca, cavalos, laço, bois e bolas “ (César: 1981,p.155/157).O historiador Alcides Cruz, em 1906, tendo por base suas pesquisas, escreve que “as mulheres, severas nos costumes e no trato, belas mas recatadas e trabalhadoras, não desbaratavam o tempo nem o produto de suas ocupações prediletas – a cortidura de couro e a fiação de tecidos – que alternavam com a assistência dos arranjos domésticos. (FRANZEN, 2008, p. 05).

Mas a ascensão delas se dá a partir do momento que seus maridos partem para as guerras ou são mortos em combate. Sozinhas, elas se tornam responsáveis pelo comando e sustento da família. Então, nesse ponto elas começam a aparecer como solicitantes de terras nos documentos, passando a ter um papel mais ativo na sociedade. Porém a sociedade não aceitava que elas se mantivessem por muito tempo sozinhas,

[...] a não ser que a idade lhe permita permanecer só, sem restrições morais, ou que sua posição social ou de sua família lhe dê condições de amparo. Além disso, nessa fronteira permanentemente em disputa, a Coroa necessita que a terra seja povoada. Mulheres solteiras não têm lugar no Continente de São Pedro. Assim sendo, ela precisa voltar a casar. Porém, para isto, ela necessita de dote. O dote era fundamental para o casamento. Sem dote, não casava. (FRANZEN, 2008, p. 06-07).

E como naquela época a terra era a maior riqueza, isso as motivava a solicitarem às autoridades datas de terras para serem utilizados como dotes delas ou de suas filhas com idade de contrair matrimônio. E, também, quando viúvas com filhos menores, estas mulheres viam-se obrigadas a requererem, junto ao Rei, a tutela e a administração dos bens dos filhos. (FRANZEN, 2008, p. 07).

Vale destacar também que algumas dessas mulheres ousaram entrar com pedido de divórcio.

Os processos de divórcio existentes na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, séculos XVIII e XIX, comprovam, não só, as condições difíceis enfrentadas por estas mulheres em sua vida conjugal, mas também a coragem de enfrentar uma sociedade que só as via sob a tutela de um homem. (marido, pai ou irmão).

Sozinhas, abandonadas, sofrendo maus tratos, totalmente desconsideradas por aqueles que deveriam ser seus companheiros e protetores, as mulheres recorriam ao divórcio para acabar com uma vida de sofrimentos e indignidades. A grande maioria dos processos é de iniciativa de mulheres. [...] Entre as principais causas para os pedidos de divórcio em Porto Alegre estavam o adultério, a dilapidação de bens da mulher pelo marido (com outras mulheres ou com vícios) e as sevícias. (FRANZEN, 2008, p. 08).

Em suma, ainda pelas palavras da Beatriz Franzen (2008), essas mulheres, além da adaptação à nova terra, sofreram com as frequentes guerras, a ausência do marido, constantes ameaças de invasões pelos inimigos naquela fronteira, doenças e as falsas promessas do governo. Dessas mulheres, a sociedade esperava total dedicação ao cumprimento dos seus deveres na administração da casa com todo rigor moralista determinada na época, ainda tendo que assumir o sustento do lar ou ir em busca de um novo casamento. Tais condições vividas por estas mulheres imprimiram nelas a necessidade de procurar os direitos. É o que sucede a Ana Terra, que:

Veze sem conta tinha chorado de tristeza e de saudade naqueles cafundós. Vivia com o medo no coração, sem nenhuma esperança de dias melhores, sem menor alegria, trabalhando como uma negra, e passando frio e desconforto... Tudo isso por quê? Porque era a sua sina. Mas uma pessoa

pode lutar contra a sorte que tem. Pode e deve. E agora ela tinha enterrado o pai e o irmão e ali estava, sem casa, sem amigos, sem ilusões, sem nada, mas teimando em viver. Sim, era pura teimosia. Chamava-se Ana Terra. (VERISSIMO, 2012, p.71).

Determinada a ter um futuro diferente daquele ao qual estava destinada, tomou as rédeas de sua própria vida, após a fatalidade que abateu a sua família, tornando-se um símbolo de força e resistência, diferente de dona Henriqueta que a título de tristeza, morreu resignada a sua condição.

4 SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA: À MERCÊ DO PATRIARCADO

As observações do capítulo anterior expõem a realidade das mulheres na sociedade patriarcal, mostrando que independentemente do lugar, classe ou cor, havia muitas mulheres colocadas no lugar de donas de casa, sendo responsáveis pelos afazeres domésticos e dos filhos, apresentando apenas graus de dificuldades e esforço diferentes na realização dos trabalhos. E sempre submissas aos homens.

Partindo desses contextos sociais apresentados, este capítulo tece uma análise das personagens sinha Vitória e dona Henriqueta objetivando estabelecer as diferentes representatividades femininas no meio rural onde uma e outra estão inseridas dentro do sistema patriarcal.

Segundo Antonio Candido (1976), baseado nas considerações de Forster e nas suas, uma personagem não pode representar uma pessoa integralmente, pois só é possível conhecer exteriormente um indivíduo. Porém uma personagem pode nascer inspirada em uma pessoa. Surgindo das memórias e a partir de elementos circunstanciais cada escritor consegue inventar elementos psicológicos capazes de dar vida a uma personagem com a mais pura verdade existencial.

Desse modo, tanto Ramos como Verissimo apresentam personagens com características e psicologia vívidas de verossimilhança. No que diz respeito aos dois escritores e ao recorte escolhido para este trabalho, ambos transcrevem com grande sensibilidade a realidade dura e sofrida de muitas mulheres por intermédio de suas perspectivas e fragmentos históricos das suas regiões acesas em suas memórias. Ao mesmo tempo, conectam a realidade feminina dentro da órbita patriarcal com a vida de sinha Vitória e dona Henriqueta, ressaltando diferenças e semelhanças, já que Verissimo foca o último parte do século XVIII e Ramos as primeiras décadas do século passado.

4.1 SINHA VITÓRIA

A personagem de *Vidas secas*, sinha Vitória simboliza a mulher do interior do sertão, a esposa e mãe do lar com características tão duras marcada pela

desumanização causada pelas intempéries e pelo isolamento social, dando voz a uma representatividade feminina singular de muita força. Apesar de seus poucos conhecimentos, superiores aos do companheiro aliás, destaca-se nela postura ativa perante a família e marido. Além disso, o medo e o respeito imposto pelo homem à mulher, considerados naturais num universo rural em que alguns valores da ordem patriarcal parecem mineralizados, não atinge o direito de sinha Vitória falar, pensar e agir.

Na realidade, Fabiano (o marido) apresenta, durante a narrativa, respeito e até um certo receio em relação à mulher embora tivesse um trato rude com ela, por exemplo, apesar de achar sem propósito o sonho de ela querer ter uma cama de verdade, haja vista que a condição social e financeira da família não permitia, “Não dizia nada para não contrariá-la, mas sabia que era doídice. Cambembes podiam ter luxo?” (RAMOS, 2016, p.23). Noutra passagem do romance, ao perder todo o dinheiro na mesa de jogo, o pensamento de Fabiano está voltado para a reação da mulher, “Fabiano encalacrou-se também. Sinha Vitória ia danar-se, e com razão.” (RAMOS, 2016, p.29). Esta preocupação leva-o, em seguida, a confabular com uma conhecida alguma justificativa para amenizar a reação de sinha Vitória:

Debaixo do jatobá do quadro taramelou com Sinha Rita louceira, sem se atrever a voltar para casa. Que desculpa iria apresentar a Sinha Vitória? Forjava uma explicação difícil. Perdera o embrulho da fazenda, pagara na botica uma garrafada para sinha Rita louceira. Atrapalhava-se: tinha imaginação fraca e não sabia mentir. Nas invenções com que pretendia justificar-se a figura de sinha Rita aparecia sempre, e isto o desgostava. Arrumaria uma história sem ela, diria que haviam furtado o cobre da chita. Pois não era? Os parceiros o tinham pelado no trinta e um. Mas não devia mencionar o jogo. Contaria simplesmente que o lenço das notas ficara no bolso do gibão e levava sumiço. Falaria assim: — “Comprei os mantimentos. Botei o gibão e os alforjes na bodega de seu Inácio. Encontrei um soldado amarelo.” Não, não encontrara ninguém. Atrapalhava-se de novo. Sentia desejo de referir-se ao soldado, um conhecido velho, amigo de infância. A mulher se incharia com a notícia. Talvez não se inchasse. Era atilada, notaria a pabulagem. Pois estava acabado. O dinheiro fugira do bolso do gibão, na venda de seu Inácio. Natural. (RAMOS, 2016, p.29-30).

Fabiano, fraca representação de um patriarca da família, inabilitado para ser um *pater familias*, se via como um animal:

[...] ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos

ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. [...] —Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.

Chegara naquela situação medonha — e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

— Um bicho, Fabiano. (RAMOS, 2016, p. 18-19).

E essa condição de bicho, de alguém submetido a outros, causava insegurança nele. Isso o mantinha longe da sociedade, fazendo com que ele convivesse bem só com os animais. Sinha Vitória era o único ser humano que o compreendia completamente. Essa circunstância de homem que compreendia a si mesmo como um sujeito zoomorfizado tornava-o, muitas vezes, incapaz de tomar decisões sem auxílio dela. A dependência de Fabiano à sinha Vitória está expressa, por exemplo, na passagem abaixo:

Precisava consultar sinha Vitória, combinar a viagem, livrar-se das arribações, explicar-se, convencer-se de que não praticara injustiça matando a cachorra. Necessário abandonar aqueles lugares amaldiçoados. Sinha Vitória pensaria como ele. (RAMOS, 2016, p.116)

Ela também o repreendia quando necessário como se pode observar na citação abaixo:

Coçou-se, puxou o lenço, desatou-o, contou o dinheiro, com a tentação de arriscá-lo no bozó. Se fosse feliz, poderia comprar a cama de couro cru, o sonho de sinha Vitória. Foi beber cachaça numa tolda, voltou, pôs-se a rondar indeciso, pedindo com os olhos a opinião da mulher. Sinha Vitória fez um gesto de reprovação, e Fabiano retirou-se [...] (RAMOS, 2016, p. 77)

Até mesmo nos momentos que Fabiano cobrava a mulher quanto às responsabilidades de mãe na educação dos filhos, ele se mostrava ponderado, enxergando a vida dura de trabalho que ela tinha e reconhecendo a própria incapacidade de fornecer algum tipo de instrução aos dois garotos:

Agora queria entender-se com sinha Vitória a respeito da educação dos pequenos. Certamente ela não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos. E eles estavam perguntadores, insuportáveis. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha. (RAMOS, 2016, p. 21- 22)

Fabiano reconhecia que era rude e que era sinha Vitória quem possuía um entendimento mais perspicaz das coisas, pois além dela ser responsável pela casa e da educação dos meninos, ela era responsável por calcular os valores a receber do patrão. Noutras palavras, apesar de não haver informações em *Vidas secas* de que a personagem tinha alguma instrução, sinha Vitória sabia fazer contas e orientava Fabiano com relação aos valores que deveria receber do homem que os empregara:

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinha Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de sinha Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. (RAMOS, 2016, p. 94)

No entanto, isso não fazia de Fabiano um marido exemplar, distinto dos demais homens do sistema patriarcal, mas sim um animal covarde que vivia a se esgueirar, escondendo-se das pessoas e das questões da vida por medo. E como um animal acuado, reagia, atacando a companheira, oprimindo-a naquilo que mais a aproximava das mulheres da sociedade.

Tinham discutido, procurado cortar outras despesas. Como não se entendessem, sinha Vitória aludira, bastante azeda, ao dinheiro gasto pelo marido na feira, com jogo e cachaça. Ressentido, Fabiano condenara os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. Calçada naquilo, trôpega, mexia-se como um papagaio, era ridícula. Sinha Vitória ofendera-se gravemente com a comparação, e se não fosse o respeito que Fabiano lhe inspirava, teria despropositado. Efetivamente os sapatos apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristecera-a muito. (RAMOS, 2016, p.41)

Mas ela não abaixava a cabeça. Por mais respeito que tivesse pelo marido, não se calava diante dele, impunha-se e não escondia o descontentamento com os atos hostis de Fabiano. No trecho abaixo:

Sinha Vitória aprovou este ato com um rugido, mas Fabiano condenou a interrupção, achou que o procedimento do filho revelava falta de respeito e estirou o braço para castigá-lo. O pequeno escapuliu-se, foi enrolar-se na saia da mãe, que se pôs francamente do lado dele.

— Hum! hum! Que brabeza!

Aquele homem era assim mesmo, tinha o coração perto da goela.
— Estourado. (RAMOS, 2016, p. 64)

Tal atitude de Fabiano se deu pelo fato de estar contando uma história bastante confusa para sinha Vitória, sentado à beira do fogo na trempe de pedra, que clareava apenas as suas alpargatas. A narrativa despertou o interesse do menino mais velho, porém ele não compreendia bem a história devido ao barulho da forte chuva. O menino concluiu que, se pudesse ver o rosto do pai, entenderia talvez parte da história. Foi buscar uma pilha de lenha no intuito de aumentar o fogo e, assim, visualizar o rosto de Fabiano, causando toda a situação mencionada.

E algumas vezes sinha Vitória até maldizia o companheiro ao lembrar do comentário que Fabiano havia feito sobre o andar dela com os sapatos de verniz,

A referência aos sapatos abriu-lhe uma ferida - e a viagem reapareceu. As alpercatas dela tinham sido gastas nas pedras. Cansada, meio morta de fome, carregava o filho mais novo, o baú e a gaiola do papagaio. Fabiano era ruim.

— Mal-agradecido. (RAMOS, 2016, p.43).

Como tem sido observado nas citações e comentários efetuados, sinha Vitória mostra-se uma mulher de fibra e coragem, certamente resignada àquela condição de extrema pobreza. Às vezes quando se lembrava de fatos da peregrinação que vinham fazendo, fugindo da seca, entristecia-se, como se o resto de humanidade que havia nela tivesse ido embora naqueles dias:

Pobre do papagaio. Viajara com ela, na gaiola que balançava em cima do baú de folha. Gaguejava: — “Meu louro.” Era o que sabia dizer. Fora isso, aboiava arremedando Fabiano e latia como Baleia. Coitado. Sinha Vitória nem queria lembrar-se daquilo. Esquecera a vida antiga, era como se tivesse nascido depois que chegara à fazenda. (RAMOS, 2016, p.43)

Cobrava-se por ter matado o papagaio para sustento da família. Apesar de parecer uma espécie de ressurreição o trabalho na fazenda, a viagem tinha transformado sinha Vitória em uma pessoa rude também, seca e dura como a paisagem do caminho percorrido, castigada pela forte estiagem. Já estava habituada a lida na terra, ela, Fabiano e a família eram como “as catingueiras e as baraúnas. Ele, sinha Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra.” (RAMOS, 2016, p.19). Enraizada, dura como a terra seca, acabava por muitas vezes

sendo severa no trato, que não era muito diferente com Baleia, a cachorrinha da família:

Chegou-se a ela em saltos curtos, ofegando, ergueu-se nas pernas traseiras, imitando gente. Mas sinha Vitória não queria saber de elogios.
— Arreda!
Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários. (RAMOS, 2016, p.40)

Os próprios filhos não escapavam da aspereza da mãe, que resolvia tudo à base de cascudos, cocorote e puxões de orelhas conforme pode ser observado no seguinte excerto: “[...] como o pirralho insistisse, deu-lhe um cascudo.” (RAMOS, 2016, p.48) Antes de eles tomarem qualquer atitude, cada um dos meninos pensava na reação que a mãe teria: “Se falasse naquilo, sinha Vitória lhe puxaria as orelhas.” (RAMOS, 2016, p.50). Noutro trecho, é possível perceber que ela sempre se mostrava reativa, aborrecendo-se facilmente: “Aí sinha Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.” (RAMOS, 2016, p.56).

O menino mais velho, após ouvir pela primeira a palavra inferno mencionada por sinha Terta, buscou logo obter mais informações com a mãe. No entanto, sinha Vitória, ocupada com seus afazeres, deu a ele uma resposta pouco convincente, dizendo apenas que era um lugar muito ruim, despertando mais curiosidade na criança. Na visão do menino mais velho:

— Inferno, inferno.
Não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim. E resolvera discutir com sinha Vitória. Se ela houvesse dito que tinha ido ao inferno, bem. Sinha Vitória impunha-se, autoridade visível e poderosa. Se houvesse feito menção de qualquer autoridade invisível e mais poderosa, muito bem. Mas tentara convencê-lo dando-lhe um cocorote, e isto lhe parecia absurdo. Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, pensava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxantes de orelhas. Esta convicção tornava-o desconfiado, fazia-o observar os pais antes de se dirigir a eles. (RAMOS, 2016, p.59).

Há uma espécie de desconfiança que caracteriza não só o menino mais velho quanto o caçula com relação a mãe. Ambos agem de modo semelhante ao pai, parecem animais ariscos, reagindo temerosos diante da mãe e, por conseguinte, perante outras situações de suas pobres existências:

Os dois meninos espiavam os lampiões e adivinharam casos extraordinários. Não sentiam curiosidade, sentiam medo, e por isso pisavam devagar, receando chamar a atenção das pessoas. [...]

Seria que o povo ali era brabo e não consentia que eles andassem entre as barracas? Estavam acostumados a aguentar cascudos e puxões de orelhas. Talvez as criaturas desconhecidas não se comportassem como sinha Vitória, mas os pequenos retraíam-se, encostavam-se às paredes, meio encandeados, os ouvidos cheios de rumores estranhos. (RAMOS, 2016, p. 74)

Sinha Vitória tinha um sonho, simples, dentro da condição da realidade em que vivia. Sonhava com uma cama de lastro de couro igual a de um antigo conhecido, Tomás da bolandeira. Ela expressava com veemência o seu desejo ao marido e culpava-o por ele não satisfazer o que ansiava:

Sinha Vitória tinha amanhecido nos seus azeites. Fora de propósito, dissera ao marido umas inconveniências a respeito da cama de varas. Fabiano, que não esperava semelhante desatino, apenas grunhira: - "Hum! hum!" E amunhecara, porque realmente mulher é bicho difícil de entender, deitara-se na rede e pegara no sono. Sinha Vitória andara para cima e para baixo, procurando em que desabafar. Como achasse tudo em ordem, queixara-se da vida. E agora vingava-se em Baleia, dando-lhe um pontapé. (RAMOS, 2016, p.40).

A cama de vara - arremedo de cama de acordo com o julgamento de sinha Vitória - fazia-a xingar Fabiano mentalmente. Como viviam na extrema pobreza, não tinham como economizar para comprar a cama, “[...] eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa.” (RAMOS, 2016, p.41). Mas ela se esperançava, acreditava que estavam prosperando na vida, e isso acendia em seu coração o desejo da cama de lastros:

Tinha de passar a vida inteira dormindo em varas? Bem no meio do catre havia um nó, um calombo grosso na madeira. E ela se encolhia num canto, o marido no outro, não podiam esticar-se no centro. A princípio não se incomodara. Bamba, moída de trabalhos, deitar-se-ia em pregos. Viera, porém, um começo de prosperidade. Comiam, engordavam. Não possuíam nada: se se retirassem, levariam a roupa, a espingarda, o baú de folha e troços miúdos. Mas iam vivendo, na graça de Deus, o patrão confiava neles — e eram quase felizes. Só faltava uma cama. Era o que aperreava sinha Vitória. Como já não se estazava em serviços pesados, gastava um pedaço da noite parafusando. E o costume de encafuar-se ao escurecer não estava certo, que ninguém é galinha. (RAMOS, 2016, p.45)

Decerto sinha Vitória tinha aceito a sina de um destino miserável na seca do nordeste, sobrevivendo à violenta pobreza não só material, mas também de

conhecimento. Só a cama de lastros se mostrava uma forma de luxo em existência tão miserável. Sua vida resumia-se a sentir-se atormentada pelo medo da seca, causa das mazelas da família:

Um mormaço levantava-se da terra queimada. Estremeceu lembrando-se da seca, o rosto moreno desbotou, os olhos pretos arregalaram-se. Diligenciou afastar a recordação, temendo que ela virasse realidade. Rezou baixinho uma ave-maria [...] (RAMOS, 2016, p. 41- 42)

Atrás da rusticidade que havia em sinha Vitória, escondia-se uma mulher frágil, hostilizada por tudo e por todos. Por mais que tivesse uma atitude empoderada diante da família, sua imagem estava sempre ligada ao lar, lugar que cabia às mulheres num sistema endossante dos valores patriarcais. A ambivalência - empoderada e submetida - que caracteriza sinha Vitória está destacada na narrativa de Ramos. Por exemplo, a descrição inicial do capítulo que leva o nome da personagem destaca uma mulher de acordo com as expectativas do universo masculino: “Acocorada junto às pedras que serviam de trempe, a saia de ramagens entalada entre as coxas, sinha Vitória soprava o fogo.” (RAMOS, 2016, p.39). Fica evidente no trecho citado que a vida de sinha Vitória se resumia ao trabalho. Todavia, ao longo de *Vidas secas*, o leitor vê diante de seus olhos uma mulher nem sempre totalmente submissa e oprimida pelo marido. Mas a subversão a este sistema patriarcal não passava para fora da cerca da fazendinha onde viviam. Exemplifica esta situação o fato de ela não ter direito de ir resolver as contas com o patrão, tampouco deixar a casa para ir até a cidade fazer as compras da casa. O que se destaca é a circunstância de sinha Vitória viver sob total dependência de Fabiano mesmo sendo este sempre enganado por todos por ser sujeito bruto e ignorante.

Apesar de certa ascensão sobre Fabiano, noutras ocasiões sinha Vitória é mostrada, no romance, sob o prisma do ridículo. Por exemplo, nas festividades de natal, momento em que toda a família ia até cidade, ela se esforça para fingir que tem hábitos que, na realidade, não conhece suficientemente:

Sinha Vitória caminhava aos tombos, por causa dos saltos dos sapatos, e conservava o guarda-chuva suspenso, com o castão para baixo e a biqueira para cima, enrolada no lenço. Impossível dizer por que sinha Vitória levava o guarda-chuva com a biqueira para cima e o castão para baixo. Ela própria não saberia explicar-se, mas sempre vira as outras matutas procederem assim e adotava o costume. (RAMOS, 2016, p.73-74)

Comportando-se quase como bichos na pequena cidade, ela e os seus se escondiam nas sombras, contentando-se em poderem observar e contemplar aquele mundo estranho que aflorava diante de seus olhos, mundo muito diverso daquele de privações pelos quais ela, Fabiano e os dois meninos tinham passado:

Escapuliu-se disfarçadamente, chegou à esquina da loja, onde havia um magote de mulheres agachadas. E, olhando as frontarias das casas e as lanternas de papel, molhou o chão e os pés das outras matutas. Arrastou-se para junto da família, tirou do bolso o cachimbo de barro, atochou-o, acendeu-o, largou algumas baforadas longas de satisfação. Livre da necessidade, viu com interesse o formigueiro que circulava na praça, a mesa do leilão, as listas luminosas dos foguetes. Realmente a vida não era má. Pensou com um arrepio na seca, na viagem medonha que fizera em caminhos abrasados, vendo ossos e garranchos. Afastou a lembrança ruim, atentou naquelas belezas. O burburinho da multidão era doce, o realejo fanhoso dos cavaleiros não descansava. Para a vida ser boa, só faltava a sinha Vitória uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira. Suspirou, pensando na cama de varas em que dormia. Ficou ali de cócoras, cachimbando, os olhos e os ouvidos muito abertos para não perder a festa. (RAMOS, 2016, p.80-81)

Sinha Vitória se escondia não apenas da sociedade, mas também dos seus sentimentos e sofrimentos: “A vida na fazenda se tornara difícil. Sinha Vitória benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beiços rezando rezas desesperadas.” (RAMOS, 2016, p.117). E aos poucos vem à tona sua condição existencial: “[...] lembrou-se da cachorra Baleia, chorou, mas estava invisível e ninguém percebeu o choro.” (RAMOS, 2016, p.118). Interessante salientar que suas angústias se circunscrevem a si mesma, que suas fragilidades eram sempre invisíveis aos olhos dos que as rodeavam.

A chegada de nova seca anuncia o momento de ela e a família seguirem o destino de retirante. Mesmo no desespero que a situação provocava, sinha Vitória procurou primeiro acalantar Fabiano e, em segundo plano, buscou amparar-se a si:

Sinha Vitória procurou com a vista o rosário de contas brancas e azuis arrumado entre os peitos, mas, com o movimento que fez, o baú de folha pintada ia caindo. Aprumou-se e endireitou o baú, remexeu os beiços numa oração. Deus Nosso Senhor protegeria os inocentes. Sinha Vitória fraquejou, uma ternura imensa encheu-lhe o coração. Reanimou-se, tentou libertar-se dos pensamentos tristes e conversar com o marido por monossílabos. Apesar de ter boa ponta de língua, sentia um aperto na garganta e não poderia explicar-se. Mas achava-se desamparada e miúda na solidão, necessitava um apoio, alguém que lhe desse coragem. Indispensável ouvir qualquer som. A manhã, sem pássaros, sem folhas e sem vento, progredia num silêncio de morte. A faixa vermelha desaparecera, diluíra-se no azul que enchia o céu. Sinha Vitória precisava falar. Se ficasse calada, seria como um pé de mandacaru, secando, morrendo. Queria enganar-se, gritar, dizer que era

forte, e a quentura medonha, as árvores transformadas em garranchos, a imobilidade e o silêncio não valiam nada. Chegou-se a Fabiano, amparou-o e amparou-se, esqueceu os objetos próximos, os espinhos, as arribações, os urubus que farejavam carniça. Falou no passado, confundiu-o com o futuro. Não poderiam voltar a ser o que já tinham sido? (RAMOS, 2016, p.120)

Uma das marcas de distinção de sinha Vitória é o fato de ela não perder nunca a esperança. Ela acreditava numa vida melhor, um novo recomeço, um novo lugar onde os filhos fossem à escola e uma nova profissão para Fabiano. Na sua simplicidade de mulher do sertão nordestino, ela sonhava, além da cama de lastros de couro, com uma vida digna longe da fome, da seca e da caminhada sem rumo à procura da sobrevivência. Num mundo onde os valores masculinos têm força e importância, o reconhecimento de Fabiano da importância da companheira, “[...] encantado com a esperteza de sinha Vitória. Uma pessoa como aquela valia ouro. Tinha ideias, sim senhor, tinha muita coisa no miolo. Nas situações difíceis encontrava saída.”(RAMOS, 2016, p.110) é revelador de que, mesmo embrutecido pela vida, ele tem discernimento suficiente para perceber novas relações entre homens e mulheres.

4.2 DONA HENRIQUETA

A personagem de dona Henriqueta é o mais puro retrato da condição de submissão da mulher no campo. Além de fazer o papel de dona de casa, esposa e mãe de maneira resignada, passando seus dias oprimindo no mais profundo do seu ser seus desejos e anseios, encarnando uma espécie de escrava da sua condição, a mãe de Ana Terra vai gastando sua existência na lavoura e na roca de fiar sem direito a ter voz:

D. Henriqueta respeitava o marido, nunca ousava contrariá-lo. A verdade era que, afora aquela coisa de terem vindo para o Rio Grande e umas certas casmurrices, não tinha queixa dele. Maneco era um homem direito, um homem de bem, e nunca a tratara com brutalidade. Seco, calado e opiniático — isso ele era. Mas quem é que pode fugir ao gênio que Deus lhe deu? (VERISSIMO, 2012, p. 14)

Dentro de uma estrutura moralmente patriarcal, dona Henriqueta se condiciona às vontades de Maneco Terra. Como se depreende da citação anterior, ele era um homem sério, severo e de poucas palavras. Conseqüentemente Maneco [...] exigia dos outros muito respeito e obediência, e não admitia que ninguém em casa discutisse com ele. "Terra tem só uma palavra", costumava dizer. E era verdade. Quando ele dava a sua palavra, cumpria, custasse o que custasse. (VERISSIMO, 2012, p.12).

Maneco resumia a vida a trabalho, qualquer coisa diferente disso era considerado sem serventia para ele. "Naquela casa nunca entrava nenhuma alegria, nunca se ouvia uma música, e ninguém pensava em divertimento. Era só trabalho o quanto dava o dia. E a noite - dizia Maneco — tinha sido feita para dormir." (VERISSIMO, 2012, p.14). Viviam num isolamento quase que total, era apenas a família, a solidão e o vento, sendo o trabalho o único consolo para aquelas almas sofridas.

O trabalho naquelas bandas não era pouco e nem fácil, principalmente para as mulheres. Como dizia Ricardo Amaral, "Trabalho manual era para mulher ou para negro." (VERISSIMO, 2012, p.79). Assim a sina de d. Henriqueta não era diferente. Sem escravos, cabia a ela e à filha o trabalho da casa, cuidar dos animais e auxiliar na lavoura dia após dia, qual escrava uma do próprio marido, escrava a outra do pai. O trabalho se fazia tão presente na vida da matriarca que pouquíssimas vezes na narrativa seu nome apareceu desvinculado dele, quase como se o trabalho fosse parte dela. No seguinte trecho, pode ser observada tal afirmação: "— Pode ser bobagem — arriscou d. Henriqueta, levantando-se e começando a recolher os pratos. — Mas é bonito." (VERISSIMO, 2012, p. 29). Percebe-se que sua ação de fala é seguida de afazeres domésticos. É o que ocorre nesta outra passagem: "— Mas numa cidade ao menos a gente está mais seguro, Maneco — disse d. Henriqueta, que se levantara para ir buscar a caixeta de pessegada." (VERISSIMO, 2012, p.31). Ou nesse outro trecho falando com a filha "— Deve ser o incômodo que vem vindo — disse a mãe, que tinha as mãos mergulhadas na água gordurosa da gamela." (VERISSIMO, 2012, p.33). Os três excertos evidenciam que o lugar de dona Henriqueta não é o de fala, mas sim o de criada. Ela aparece nas cenas do romance sempre como alguém cuja função é apenas o exercício de alguma atividade laboral, sem expressar opiniões, pois sua fala é anulada pelo trabalho.

Até mesmo os próprios sentimentos são oprimidos por dona Henriqueta, mediante a dedicação excessiva ao trabalho. Ela se oculta dos fatos, ocupando-se em trabalhar sem parar. Exemplo disso ocorre na atitude abrupta que os filhos tomam contra Pedro Missioneiro, de quem Ana engravidara, e a postura de alienação que dona Henriqueta adota ao ser questionada pela filha:

— Eles mataram Pedro — repetiu.

D. Henriqueta não respondeu. O mugido dum vaca no curral lembrou-a de que tinha de ir tirar leite, começar o seu dia, seguir sua sina. Soltou um fundo suspiro, puxou para cima uma mecha de cabelo grisalho que lhe caíra sobre a testa, levantou-se, apanhou o balde e saiu. (VERÍSSIMO, 2012, p.49)

A citação mostra que dona Henriqueta não se deu ao “luxo” de sentir e examinar tal situação avassaladora, apenas suprimiu dentro de si qualquer sentimento a respeito e seguiu com seus deveres. Talvez seja isso o motivo de Ana não demonstrar pena da mãe quando esta morreu. Em vez de Ana chorar pela perda da mãe, na verdade, ela sentiu certa alegria por aquela senhora tão massacrada pelos afazeres:

[...] porque sabia que a mãe finalmente tinha deixado de ser escrava. Podia haver outra vida depois da morte, mas também podia não haver. Se houvesse, estava certa de que d. Henriqueta iria para o céu; se não houvesse, tudo ainda estava bem, porque sua mãe ia descansar para sempre. Não teria mais que cozinhar, ficar horas e horas pedalando na roca, em cima do estrado, fiando, suspirando e cantando as cantigas tristes de sua mocidade. Pensando nessas coisas, Ana olhava para o pai que se achava a seu lado, de cabeça baixa, ombros encurvados, tossindo muito, os olhos riscados de sangue. Não sentia pena dele. Por que havia de ser fingida? Não sentia. Agora ele ia ver o quanto valia a mulher que Deus lhe dera. Agora teria de se apoiar na nora ou nela, Ana, pois precisava de quem lhe fizesse a comida, lavasse a roupa, cuidasse da casa. Precisava, enfim, de alguém a quem pudesse dar ordens, como a uma criada. Henriqueta Terra jazia imóvel sobre a mesa e seu rosto estava tranqüilo. (VERISSIMO, 2012, p. 56)

Porém, nos dias que se seguiram, Ana percebeu que havia se equivocado ao pensar que a mãe tinha descansado, pois passou a ouvir madrugada adentro o ruído da roca de fiar e “Por fim convenceu-se de que era mesmo a alma da mãe que vinha fiar na calada da noite. Nem mesmo na morte a infeliz se livrara de sua sina de trabalhar, trabalhar, trabalhar...” (VERISSIMO, 2012, p.58). Nem mesmo a morte parece ter permitido que dona Henriqueta se libertasse da sina de trabalhar indefinidamente. Limitada e condicionada a uma vida de servidão e sacrifícios, dona

Henriqueta foi uma pessoa invisível aos olhos da sociedade, da própria família, mero instrumento de trabalho, espécie de continuação de sua roca, a quem não foi dado sequer o direito de escrever a própria história.

A narrativa deixa patente que dona Henriqueta não era feliz no lugar onde vivia, tinha medo, no entanto não reclamava ao marido e aos filhos sua contrariedade, sentia intimamente a dor de envelhecer naquele lugar. Sonhava em voltar para o estado de São Paulo, de onde viera:

Dona Henriqueta sacudia a cabeça devagarinho. Aquilo não era vida! Viviam com o coração na mão. Os homens do Continente não faziam outra coisa senão lidar com o perigo. Tinha saudade de Sorocaba, de sua casa, de seu povo. Lá pelo menos não vivia com o pavor na alma. Às vezes temia ficar louca, quando o filho ia com a carreta para Rio Pardo, o marido saía a campear com o Horácio e ela ficava ali no rancho sozinha horas e horas com a filha. Ouvia contar histórias horríveis de mulheres que tinham sido roubadas e levadas como escravas pelos índios coroados, que acabavam obrigando-as a se casarem com algum membro da tribo. Contavam-se também casos tenebrosos de moças que eram violentadas por bandoleiros. Seria mil vezes preferível viver como pobre em qualquer canto de São Paulo a ter uma estância, gado e lavoura ali naquele fundão do Rio Grande de São Pedro. (VERISSIMO, 2012, p.13)

Ela era frágil. Frágeis eram as condições que o lugar oferecia às mulheres, vivia aterrorizada com os perigos de viver em um lugar extremamente isolado da sociedade, onde poderiam sofrer todos os tipos de agressões violentas e desumanas. Temia pela filha e via filhos e maridos totalmente entregues àquela terra:

E quanto mais o tempo passava mais o marido e os filhos iam ficando como bichos naquela lida braba... Parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles. Andavam com as mãos encardidas, cheias de talhos e calos. Maneco à noite deitava-se sem mudar a camisa, que cheirava a suor, a sangue e a carne crua. (VERISSIMO, 2012, p.14).

Mas sabia que, entre o seu querer e os do marido, o que sempre prevalecia era o de Maneco Terra. Parecia a ela que isso era natural, visto que no sistema patriarcal era o homem quem detinha a autoridade e poder dentro da família. Cabia à mulher e ao resto da família obediência total ao patriarca. Logo dona Henriqueta aceitava quieta as decisões do marido, anulando as próprias vontades e orientando a filha a ter o mesmo comportamento submisso:

O olhar de Ana continuava voltado para o norte. O pai prometera vagamente voltar para São Paulo, logo que juntasse algum dinheiro. Mas dona Henriqueta, que conhecia bem o marido, desencorajava a filha: "Qual nada!

Daqui ele não sai, nem morto". E dizendo isso, suspirava. Às vezes, quando estava sozinha, chorava, mas na frente do marido vivia de cabeça baixa e raramente abria a boca. (VERISSIMO, 2012, p.9)

A tristeza caracteriza dona Henriqueta. Ela frequentemente, ao longo da narrativa, é retratada com adjetivos que remetem a esse estado de espírito, como sucede nesta passagem: "D. Henriqueta limitou-se a olhar para a filha com seus olhos tristes, mas não teve coragem de falar. O sofrimento dava-lhe ao rosto uma expressão estúpida". (VERISSIMO, 2012, p. 49). O sentimento expresso por dona Henriqueta resulta da condição dura e sofrida de viver em um ambiente hostil e isolado da sociedade. Quando se casou com Maneco, ela acreditava que iria passar a sua vida em São Paulo, porém sua existência tinha sofrido uma guinada total:

Dona Henriqueta olhava desconsolada para a velha roca que estava ali no rancho, em cima do estrado. Era uma lembrança de sua avó portuguesa e talvez a única recordação de sua mocidade feliz. Casara com Maneco Terra na esperança de ficar para sempre vivendo em São Paulo. (VERISSIMO, 2012, p.14)

Com a mudança da família para o Rio Grande do Sul, ocorreu uma ruptura na vida de Henriqueta, levando-a a abdicar totalmente da sua felicidade e passando a seguir resignadamente o sonho do marido, cumprindo o papel de esposa submissa ao marido conforme mandava as tradições patriarcais. Intimamente, ela achava tudo aquilo uma loucura, pois tinha custado a vida de um dos filhos, Lucinho, que tinha morrido naquele local. Mas sem direito à fala, o que restava a ela era cantarolar cantigas tristes pelos cantos: "Ana não se lembrava de jamais ter ouvido música de verdade naquela casa. Às vezes um dos irmãos assobiava. Ou então eram as cantigas tristonhas e desafinadas de sua mãe" (VERISSIMO, 2012, p. 25). Entoar cantigas era a forma que dona Henriqueta tinha encontrado para se expressar, somando a essa ação alguns suspiros de tristeza que consumiam o seu ser lentamente. Certa vez, ousou expressar um sentimento que motivava alguns suspiros, mas de imediato veio a repressão de Maneco:

De quando em quando d. Henriqueta suspirava baixinho. E de repente, em meio dum silêncio picado pelo cricilar dos grilos, ela disse:
— Precisamos dum cachorro.
Tinham tido um perdigueiro que, fazia muito, havia morrido duma mordida de cobra-coral. Desde então Maneco vivia a prometer que mandaria buscar um

ovelheiro no Rio Pardo, mas nunca mandava. E agora, ouvindo a observação da mulher, ele perguntou:
 — Quem foi que falou em cachorro?
 — Ninguém. Eu é que me lembrei. Sinto falta de cachorro aqui em casa. (VERISSIMO, 2012, p. 35).

A sua estrita obediência ao marido a impedia de esboçar qualquer manifestação de contrariedade. E essa postura tem relação direta com meio cultural no qual ela tinha sido criada, porque esse comportamento era passado de geração a geração, fortalecendo os padrões morais patriarcais. Por mais simples que possa parecer o desejo de ter um cachorro - como se detecta na citação acima - fica claro que a simples menção ao animal soa quase como uma contravenção por parte de dona Henriqueta. Afinal de contas, o que ela desejava não era de interesse de Maneco, levando-a tergiversar, substituindo o expressivo “Precisamos dum cachorro” pela construção “Sinto falta de cachorro aqui em casa”, que soa quase como pedido de desculpas. Além desse momento constrangedor diante do marido, houve outro em que ela ousou se manifestar diante de Maneco com mais convicção e propriedade:

Um dia d. Henriqueta sugeriu timidamente ao marido que levasse o neto ao Rio Pardo para que o vigário o batizasse. Maneco pulou, furioso:
 — No Rio Pardo? Estás louca. Pra todo mundo querer saber quem é o pai da criança? Estás louca. Pra arrastarem meu nome no barro? Estás louca varrida.
 — Então o inocente vai ficar pagão?
 — O melhor mesmo era ele ter nascido morto — retrucou o velho. (VERISSIMO, 2012, p.52-53).

No “sugeriu timidamente”, atribuído pelo narrador à dona Henriqueta, é possível examinar o medo e a apreensão dela ao dirigir a palavra ao marido. Nem mesmo no momento que sua filha mais precisou de seu apoio, ela se arriscou a questionar o esposo, espantada, apenas conseguiu mencionar o nome dele: “— Maneco... - balbuciou d. Henriqueta. E não pôde dizer mais nada”. (VERISSIMO, 2012, p.46). Os receios de dona Henriqueta chegavam a ponto de ela se preocupar em manter seus sentimentos escondidos da visão de Maneco, temendo sua censura moral: “E aos poucos Ana percebeu que a mãe chorava de mansinho, sem ruído: os soluços mal reprimidos sacudiam-lhe os ombros ossudos. D. Henriqueta aproximou-se da filha e choramingou...” (VERISSIMO, 2012, p.45). Até mesmo quando deixava escapar seus sentimentos, não abandonava seu lugar de submissão “Havia lágrimas nos olhos de

dona Henriqueta - lágrimas que lhe escorriam pelas faces sem que ela procurasse escondê-las ou enxugá-las. E mesmo na tristeza seu rosto não perdia a expressão de resignada serenidade.” (VERISSIMO, 2012, p.25).

A tristeza nos olhos dela era algo tão marcante que, anos depois, Ana ao “examinava-se com cuidado, descobria sempre novos fios brancos nos cabelos e às vezes nos seus próprios olhos via os olhos tristonhos da mãe. ‘Espelho é coisa do diabo’, concluía. Quem tinha razão era seu pai”. (VERISSIMO, 2012, p.86). Ela temia ter o mesmo destino da mãe, por isso tratou de dar um rumo diferente a sua vida, mas ao se deparar no espelho com sua imagem, via em si mesmo a tristeza da mãe. Será que conseguirá realmente ter um destino diferente? Ana “trabalhava de sol a sol, em casa e na lavoura, fazendo serviço de homem. Para Ana não havia domingo nem dia santo”. (VERISSIMO, 2012, p.86). Mas uma coisa era certa, não tinha homem que mandasse ou abusasse dela, atendia a suas próprias vontades, dona de si, escrevendo sua história. Ana era diferente de dona Henriqueta, que viu os dias passarem consumindo sua existência, sem acreditar que fosse possível romper a condição de total submissão ao marido.

Anos mais tarde, certamente devido às lembranças de uma mãe quase que escravizada às vontades do pai, Ana chegou à constatação de que crianças do sexo feminino estavam fadadas à sujeição a um mundo que girava em torno dos homens:

No inverno de 1806 Ana ajudou a trazer para o mundo seu segundo neto, uma menina que recebeu o nome de Bibiana. Ao ver-lhe o sexo, a avó resmungou: "Mais uma escrava". E atirou a tesoura em cima da mesa num gesto de raiva e ao mesmo tempo de alegria. (VERISSIMO, 2012, p.96)

O comentário de Ana sobre a neta Bibiana se alicerçava na crônica familiar. Fora assim com a mãe. Logo Ana temia o mesmo destino às outras descendentes femininas. Em sua mente, existia a realidade de mulheres como dona Henriqueta, fadadas ao trabalho braçal, ao medo e à submissão masculina, à mercê de uma sociedade onde as mulheres menos abastadas tinham tantos direitos quanto os de um escravo. De qualquer modo, mulheres como dona Henriqueta foram de suma importância para desenvolvimento familiar, econômico e social de região onde a narrativa de Verissimo se detém. Mesmo sem serem devidamente valorizadas e reconhecidas historicamente, seus esforços foram tão importantes quanto os dos homens nas guerras, pois foram elas as mantenedoras dos lares na ausência da figura

masculina. Não da mesma cepa resignada da mãe, mas dedicada à família como dona Henriqueta, Ana depois do terror que abateu todos os homens da sua família, assumiu a responsabilidade total pelo filho, pela cunhada açoriana e pela sobrinha. O exemplo vinha da mãe. Mesmo tendo morrido escravizada a uma labuta sem fim, dona Henriqueta representa a retidão, a base familiar dos Terra, pois - mesmo silenciada, mesmo subjugada a Maneco, era ela quem trazia um pouco de humanidade para aquelas almas hostis, tornando-se responsável por repassar sua cultura, suas tradições, como a tesoura e a roca, símbolos de resignação e resistência, que acabaram transmitidas às gerações subsequentes dos Terra.

4.3 O ENCONTRO E DESENCONTRO NA REPRESENTATIVIDADE DE SINHA VITÓRIA E DONA HENRIQUETA

Levando-se em conta a situação da mulher no mundo rural, as perspectivas apresentadas de sinha Vitória e dona Henriqueta, é possível comparar as diferentes representatividades das personagens dentro do núcleo familiar, pois apesar de compartilharem das mesmas condições de lidar com a lógica do mundo patriarcal, uma e outra apresentam posturas diferentes diante das situações de condicionamento da mulher ao homem. Contudo, no âmbito da sociedade em que vivem elas se equiparam, porque nenhuma delas consegue romper verdadeiramente a ordem patriarcal.

Como já observado durante a análise, sinha Vitória apresenta uma postura considerada transgressora em relação aos valores patriarcais. Ela não segue a linha de total submissão ao marido, muito menos aceita cegamente qualquer conduta ou imposição dele. Pelo contrário, ela é peça fundamental dentro do lar. Todas as decisões a serem adotadas por Fabiano passa primeiramente pelo crivo de sinha Vitória. Ao longo de *Vidas secas*, a narrativa evidencia que ele reconhece a superioridade da companheira: “Sinha Vitória tinha razão: era atilada e percebia as coisas de longe. Fabiano arregalava os olhos e desejava continuar a admirá-la. Mas o coração grosso, como um cururu [...]” (RAMOS, 2016, p. 115). Por diversas vezes, Fabiano concorda com a perspicácia da mulher: “Como tinha sinha Vitória descoberto

aquilo? Difícil. Ele, Fabiano, espremendo os miolos, não diria semelhante frase. Sinha Vitória fazia contas direito [...]” (RAMOS, 2016, p. 114).

Por seu turno, no enredo de *Ana Terra*, talvez por ter vindo de um ambiente mais povoado como o do estado de São Paulo, Dona Henriqueta estranha o fato de a região sul do país ainda seguir à risca valores do mundo patriarcal, a ponto de torná-la totalmente condicionada à autoridade do marido. Como pôde ser observado em passagens anteriores deste trabalho, dona Henriqueta não apresentava voz ativa e resignadamente ocupava seu papel de dona de casa, esposa e mãe. Como esperado, não tinha nenhum tipo de reconhecimento do marido: “Maneco lançou-lhe um olhar de reprovação: aquilo era então pergunta que uma mulher velha fizesse?” (VERISSIMO, 2012, p. 28). Era sempre censurada, repreendida e tratada com desdém, digna de sentimento de pena até pela filha. Esta, como já foi abordado anteriormente, não sofre com a morte da mãe por perceber a infeliz vida que dona Henriqueta levava.

As duas personagens sonhavam. Sinha Vitória fazia do seu sonho motivo para perseverar, acreditava que podia transformar a própria realidade miserável. E a cama de lastros de couro era o ponto que a ligava à possibilidade de ser considerada um ser humano, negando a condição zoomorfizada da família conforme expressa o narrador ao longo da história dos retirantes. Por conta desses motivos, sinha Vitória atormentava o marido com seu desejo de possuir uma cama apropriada e não se fazia de rogada ao cobrar dele uma vida mais digna. No fundo, Fabiano a compreendia, no entanto não acreditava que poderia ser diferente do que se considerava: um animal, um cabra:

Pobre de sinha Vitória. Não conseguiria nunca estender os ossos numa cama, o único desejo que tinha. Os outros não se deitavam em camas? Receando magoá-la, Fabiano concordava com ela, embora aquilo fosse um sonho. Não poderiam dormir como gente. (RAMOS, 2016, p. 114-115)

No que diz respeito à dona Henriqueta, nesse quesito ela é mais parecida com Fabiano, não acreditava que pudesse transmutar sua sina de servidão. E o seu sonho era motivo da mais profunda tristeza. Sonhava em regressar para São Paulo, onde vivera alguns momentos de felicidade. Mas nunca ousaria mencionar qualquer coisa nesse sentido a Maneco. Sabia da fascinação do marido por aquele lugar inóspito, iludido pela tradição familiar:

[...] o avô de Maneco fora um dos muitos bandeirantes que haviam trilhado a estrada da serra Geral e entrado nos campos do Continente, visitando muitas vezes a Colônia de Sacramento. Quando voltava para casa, tantas maravilhas contava aos filhos sobre aqueles campos do Sul, que Maneco crescera com a mania de vir um dia para o Rio Grande de São Pedro criar gado e plantar. Antes dele, seu pai, Juca Terra, também cruzara e recruzara o Continente, trazendo tropas. Todos diziam que o Rio Grande tinha um grande futuro, pois suas terras eram boas e seu clima salubre. E eles vieram. (VERISSIMO, 2012. p. 14)

Logo qualquer menção de dona Henriqueta menosprezando aquele lugar e salientando a vontade de retornar a São Paulo seria um desrespeito aos antepassados do marido, os sonhos e as crenças da família Terra. Atitude inaceitável para uma mulher respeitosa de família. Então ela se calava, oprimindo dentro de si todo e qualquer sentimento.

Enquanto dona Henriqueta demonstrava fragilidade numa resignação absoluta, omitindo os seus desejos, sinha Vitória, por seu turno, esbravejava seus desejos como se vestisse uma armadura dentro da qual escondesse sua fragilidade.

Entretanto as personagens têm características semelhantes. Embora gozem de certa liberdade, trata-se de duas mulheres analfabetas vivendo com as famílias em extremo isolamento social, labutando e sofrendo à mercê do lugar onde estavam e de uma lógica social que as condicionava aos valores masculinos. Numa e noutra personagem feminina, o silêncio é o grande companheiro dos seus dias. As duas são a tradução do trabalho, sendo caracterizadas diversas vezes nas narrativas por essa condição.

Circunscrita basicamente ao espaço e lidas domésticos, nem mesmo sinha Vitória, que conseguia, pelo menos na esfera privada, exercer forte domínio sobre o marido e a prole, ousava ultrapassar os limites da fazenda. Fora deste ambiente, só acompanhando Fabiano. Tirando a festividade de natal, sinha Vitória só desempenha papel relevante dentro dos limites da casa, sendo de responsabilidade exclusiva do marido os assuntos a serem resolvidos na cidade e com o patrão. Apesar de sinha Vitória ter mais conhecimento do que Fabiano, isso não dava à sertaneja direito à voz no meio social. No que tange a dona Henriqueta, não há dúvida de que ela vive enclausurada na habitação rural. Num trecho da narrativa, Maneco afirma veemente “[...] que mulher era para ficar em casa [...]” (VERISSIMO, 2012, p.14). Assim como

sucedo à companheira de Fabiano, dona Henriqueta era oprimida e condicionada socialmente ao sistema patriarcal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as representações femininas de sinha Vitória e dona Henriqueta - personagens do mundo rural nordestino e gaúcho que aparecem respectivamente no romance de Graciliano Ramos *Vidas secas* e na novela *Ana Terra*, de Érico Verissimo - demonstra como a força dos valores patriarcais presentes na sociedade brasileira há séculos serve como forma de coerção das mulheres. Além disso, o estudo das duas personagens permite ao leitor compreender o estado limitante, excludente e de inferioridade sofrida por gerações de mulheres, que, muitas vezes, até hoje são vistas e julgadas pela sociedade por esse viés hierárquico.

No âmbito das duas narrativas, essa análise comparativa das duas personagens traz um retrato contrastante da aceitação do lugar de submissão no qual a mulher estava condicionada e de resistência da mulher que busca romper com essa condição. Sem dúvida nenhuma, dona Henriqueta endossa a primeira aceção e não esboça reação. Cabe à sinha Vitória a representação da segunda variante embora também sofra os efeitos de um mundo onde os homens têm voz, vez, tudo. Mas pelo menos ela reage. Essa dualidade abarca um exame sobre a forma com que uma e outra sempre encararam as situações causadas pela opressão e em contrapartida como encontraram subterfúgios para se oporem a essa condição limitante.

Desse modo, pôde ser percebido, por meio das vivências das duas personagens, em períodos históricos distintos, a reprodução do sistema patriarcal de uma mesma forma, mas com uma singularidade na maneira com que as personagens se comportam diante do seu núcleo familiar. Mesmo assim, nenhuma das duas matriarcas se viu livre socialmente das condições opressoras patriarcais. Ambas foram marcadas pela sina de uma quase escravidão, uma e outra foram oprimidas e menosprezadas pela sociedade, pois além de mulheres, viviam no meio rural - espaço onde a ordem patriarcal é mais impactante - condição que as colocavam em um patamar de invisibilidade.

Tanto sinha Vitória quanto dona Henriqueta, dentro das condições adversas enfrentadas pelas duas, lidando com um sistema hierárquico que não oferece posição às mulheres, podem ser compreendidas, de certa forma, como figuras femininas fortes, fundamentais para a sobrevivência familiar. No caso de dona Henriqueta, sua força vem da circunstância de aguentar resignadamente a hostilidade do ambiente,

do marido, sem expressar qualquer reação que pudesse representar algum sinal de desobediência, aceitando completamente a sua condição de inferioridade. No que diz respeito à sinha Vitória, sua força advém de sua postura resoluta em muitas ocasiões, de ser capaz de ter voz frente a um Fabiano débil, que se julgava bicho, enfim de ter energia para sobreviver às mazelas da fome, da seca e do destino de retirante e ainda sonhar com uma existência mais digna.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio Aguiar (org.). **Caderno de Leituras Erico Verissimo**: Orientações para o trabalho em sala de aula. São Paulo: Schwarcz, 2005.
- AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, Escola E Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p.34-42
- BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Trabalho: Espaço Feminino No Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p.69-73
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno. **Uma história do Romance Brasileiro de 30**. 2001, 953 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.
- CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: _____. **A educação pela noite**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 241-260.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**: resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.
- CANDIDO, Antonio **et al.**(org.). **A Personagem de Ficção**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CANDIDO, Antonio. **Ficção e Confissão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla B. (coord.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 202-231.
- FRANZEN, Beatriz. A presença da mulher luso-açoriana na nascente sociedade sul-riograndense. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 15 dez. 2008. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Beatriz%20Franzen%20-%20A%20Presen%C3%A7a%20da%20Mulher%20Luso-A%C3%A7oriana.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022. p. 67-91.
- FREITAS, Denize Teresinha Leal. Para além da moral tridentina: trajetórias de mulheres na Porto Alegre dos séculos XVIII e XIX. In: SCOTT, Ana Silva Volpi **et al.** (org.) **História das mulheres no Brasil Meridional**. 2. ed. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022. **E-book** (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA). ISBN 978-65-5974-065-9. Disponível em:

<https://oikoseditora.com.br/files/Hist%C3%B3rias%20das%20mulheres%20no%20Brasil%20Meridional%20-%20E-book-9.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

HAHNER, June E. Mulheres Da Elite: Honra E Distinção Das Famílias. *In*: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013. p.23-33

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 130. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MARQUES, Ivan; CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno. Dossiê “Em Torno do Romance de 30”. **Teresa revista de Literatura Brasileira**. São Paulo, v.16, p. 6-9, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.): PINSKY, Carla B. (coord.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 232-269.

SCOTT, Ana Silva Volpi. Família: O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-22.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 130. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VERISSIMO, Erico. **Ana Terra**. 3. ed., 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.